



ATA N.º 43/XI-3º/2015-16

1 - Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Clube Recreativo Charnequense, sito na avenida Elias Garcia, Palhais, Charneca de Caparica, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

...

3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas (Continuação):

3.2.1 - “Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2015”;

3.2.2 - “Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2015”;

3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Revisão Orçamental:

3.3.1 - “Primeira Revisão Orçamental do Município”;

3.3.2 - “Primeira Revisão Orçamental dos SMAS”.

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Alteração ao Mapa de Pessoal 2016”

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Redução de Tarifas na prestação de serviços de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos”

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Designação dos Membros do Júri para Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Pessoal dos SMAS”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre:

3.7.1 - “Relatório de Monitorização da ARU da Trafaria”;

3.7.2 - “Relatório de Monitorização da ARU de Almada”.

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Aquisição da antiga garagem de camionetas da Empresa de Camionagem Piedense, Lda, sita na avenida D. Afonso Henriques, em Almada, e quarteirão em frente aos barcos e ao Presídio da Trafaria”.

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.



3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins; Nuno de Avelar Pinheiro e Filipe Alexandre Pardal Pacheco.

4 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência nos dias 28 e 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5915/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).
- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5916), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5861/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas Lopes, com ausência nos dias 28 e 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5905), (**Conforme Anexo IV**).
- O Sr. Deputado Municipal Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, com ausência no dia 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5899/XI-3º), (**Conforme Anexo V**).

4.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril de 2016, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril de 2016, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).
- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos VIII, IX e X**).



- O Candidato Senhor Alfredo Manuel Chambel Rosa Oliveira, apresentado a sufrágio pela lista do PSD e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril de 2016, da eleita Sr.^a Ana Catarina Ribas Lopes e por impedimento do cidadão Sr. Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, da cidadã Sr.^a Beatriz da Silva Brandão Ferreira e da cidadã Sr.^a Lina Cristina de Matos Gonzalez, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XI, XII, XIII e XIV**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes dos respetivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.^a Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett e pelo eleito Sr. Brás Marcos Mira Borges, (**Conforme Anexos XV e XVI**).
- 4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se uma falta por não ter ocorrido a substituição do Deputado Efetivo Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD).
- 5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1** - Usou da palavra o Múncipe Exm.^o Senhor António Manuel Valadas Palma, residente na Charneca de Caparica.
- 5.1.1** - O Múncipe Exm.^o Senhor António Manuel Valadas Palma:
- “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- Eu propus-me falar aqui cinco minutos de praxe, do 25 de Abril, porque na primeira Sessão, uma Sessão Extraordinária de Comemoração do 25 de Abril, não houve nenhum Múncipe que tivesse vindo falar aqui do 25 de Abril e eu achei que fazia todo o sentido. Começo por dizer que se calhar a homenagem que Vossas Excelências prestaram e que se congratularam com esta data histórica, por ventura, mereceria maior grandiosidade na medida em que o acontecimento é para nós que nos consideramos democratas muito importante. Deveria então ter sido uma Sessão apenas e só sobre o 25 de Abril, se me permitem esta observação.
- Dizer que o 25 de Abril, os valores que comportou e que nós os que vivemos, porque somos dessa geração tínhamos vinte anos na altura, sempre tentámos aprofundá-los, mas também é bom e aqui é uma coisa que nos desgosta francamente é o nosso carater enquanto povo de fingidores. Fingimos que não houve o 25 de novembro e o desvio que todos os valores do 25 de Abril e sobretudo as suas conquistas sofreram depois do 25 de novembro. Portanto, quando se fala do 25 de Abril é bom não esquecer que ele não atingiu plenitude porque obviamente houve, digamos, uma contrarrevolução e que naturalmente o desvirtuou. Todavia como somos um povo singular e o 25 de Abril é de facto um facto singular a nível



internacional, a nossa Constituição é também ela um facto singular. Como sabem na altura foi catalogada como uma das mais progressistas do mundo, não só da europa mas de todo o mundo. Todavia aqui fingimos também.

A questão da Regionalização, como sabem já vamos no quinto Presidente, todos eles juraram a Constituição e quatro duas vezes, juraram cumprir e fazer cumprir a Constituição. Pois a Regionalização está lá mas fingimos que não está ou então que se há de realizar num próximo referendo, não sabemos quando, para as calendas gregas provavelmente. Também está lá que a saúde era tendencialmente gratuita e assistimos também fingindo os vinte e um euros e sessenta cêntimos do Garcia da Orta pelas urgências, fingimos que sim.

Continuamos a falar de um valor que era bem vincado no 25 de Abril, era que as classes mais desfavorecidas pudessem finalmente libertar-se dos condicionalismos terríveis, económicos e não só. Pois bem, temos mais dois milhões de portugueses pobres, temos uma força laboral altamente stressada, com uma coisa que o 25 de Abril nos dizia, vamos cooperar, vamos colaborar e depois entramos numa de competir, da competitividade das empresas e como sabemos hoje o mundo do trabalho sofre de imenso stress dos trabalhadores e nós continuamos a fingir e a falar em qualidade de vida. Continuamos a dizer que qualidade de vida, como qualidade de vida se três ou quatro milhões de pessoas sofrem grandes condicionalidades, para já não falar obviamente dos reformados com duzentos e tal euros, duzentos e cinquenta e nove euros, pergunto que qualidade de vida?

Depois temos o problema das Áreas Metropolitanas, grande parte, isto é um barco mas completamente a meter água, porque a população portuguesa concentrou-se e não foi por acaso tudo tem uma causa, concentrou-se nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e era uma pergunta que eu deixava aqui a esta Assembleia, qual é a vossa posição em relação a uma nova área funcional, Área Metropolitana que vai ou que pretendam que vá de Leiria a Tomar e que vá de Évora a Sines.

Eu estou mesmo a ver os meus conterrâneos de Beja e de Portalegre virem entregar ao Terreiro de Paço a chave e a dizer que aquilo está fechado para balanço, porque os núcleos, as zonas, as áreas mais dinâmicas do Alentejo seriam então integradas a favor da capitalidade e, reparem nós continuamos a fingir que isto não é nada, não ouço nada, barulho ensurdecador, não ouço nada dos vossos partidos sobre esta questão.

Dir-me-ão, sim, mas isso são questões técnicas, mas eu tenho cá um pressentimento que as coisas começam assim e depois vão tornando-se factos consumados e que naturalmente não é um valor de Abril. A concentração não é um valor de Abril, a descentralização sim é um valor de Abril. E aqui também fingimos, vocês sabem que o País está regionalizado, é as CCDR's que mandam, NUT's nas várias escalas, a NUT 1 que é Portugal, depois a NUT 2. Só para terminar dizer que depois temos as NUT 3, e estamos num Comité de Regiões em Bruxelas, mas não temos regionalização.



É um País realmente sui generis, que eu gostava que mantivesse para as coisas boas, mas que não fosse sui generis para as coisas más.”

5.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Carlos Alberto Ferreira da Cruz, residente no Monte Caparica.

5.2.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Carlos Alberto Ferreira da Cruz:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, eu tenho aqui apontado, trazia-ma aqui à preocupação umas três coisas que penso que são extremamente fundamentais e uma delas tem a ver com o Mercado Abastecedor. O Mercado Abastecedor tem ali algumas obras a realizar, fruto das tempestades e de um mau teto que tinha para abrigo de quem ali exerce uma profissão muito importante para o setor terciário no Concelho. Uma alma viva de um trabalho. Mas eu como sou um cidadão do Concelho e meto o nariz em tudo, mas frequento muitas vezes aquele Mercado Abastecedor e uma das razões é por motivos económicos que nós hoje estamos sujeitos na nossa vida quotidiana, é evidente que antigamente ia a um Mercado, ia ali à mercearia comprava uma laranjitas, mas agora dá-me jeito comprar uma caixa de laranjas porque sai-me mais barato e a família e os putos comem e a gente vai vivendo, cada um vai moldando a sua vida à medida que a pressão que é exercida por Bruxelas e pelo imperialismo europeu nos vai esmagando.

Assim como visito a padaria da SOCOPAL que compro aquele pãozinho de segunda para terça e não sei quê, dá para as galinhas e dá para comer. Esta é a vida do pobre, mas a vida do pobre que não se configura a estas questões.

Eu tive ontem a necessidade de ir ao hospital e mais uma vez passei e estive a falar com as pessoas. Aquelas pessoas queixam-se de toda a forma e feitio, não querem aquele amianto debaixo daquelas cabeças, dizem que há pessoas que já morreram por causa daquele amianto, não querem aquele chão, não querem aquelas casas de banho, aquelas coisas turcas, não querem nada daquilo. O Município tem que pensar que estas coisas são muito importantes para se deixar passar anos e anos a fio sem se fazer alguma coisa. Não pode ser, estamos a viver em democracia, a gente tem que dar atenção a estes problemas. Eu até já estive para chamar aqui a televisão e não sei quê, mas é preciso chamar a televisão? Então mas o Município tem necessidade de deixar que as coisas cheguem a esse ponto? Não, eu penso que não. Quando fiz a pergunta sobre o que se está a construir ali, ele dizem, isto deve ser para os SMAS, para nós não é. O nosso espaço é este. E de facto aquele chão está demasiado degradado, precisa de um betão ali com uma boa mecânica, aquelas casas de banho precisam de um tratamento.

Eu estive a trabalhar numa Embaixada estrangeira e aqueles jardins tinham lá umas caixinhas que aquilo é para os ratos, mas de facto ali àquela volta não vejo nada disso e as pessoas



queixam-se lá de ratos, de ratas. Eu vou lá comprar os espinafres, Sr. Presidente isto tem que ser alterado.

Em relação às infraestruturas, eu já tinha falado com o Sr. Presidente dos SMAS, ele sabe quais são os problemas que nós temos em relação às águas pluviais. Ele prometeu-se que vai fazer um levantamento daquela situação. É evidente que a nossa Presidente de Junta está um pouco longe daqueles problemas, mas ele prometeu-me e eu vou aceitar isso como promessa porque de facto aquelas questões que falámos não têm aceitação nos dias de hoje, estamos no século XXI.

Sr.^a Vereadora da Educação ou do Pelouro da Educação. A Sr.^a esteve à frente dos destinos da Escola do Miradouro de Alfazina, nós partilhámos alguns momentos difíceis, duros de luta, Sr.^a Vereadora aquele parquezinho escolar lá no fundo, no cantinho, no tempo da Sr.^a não tinha ainda aquelas mesas todas a dançarem, aqueles bancos dos meninos todos fragmentados, todos partidos e aquela outra mesa lá toda. Sr.^a Vereadora, a gente não sai de um lado e arruma as botas, Sr. Presidente eu estou a falar assim diretamente para as pessoas porque nos conhecemos, estamos em democracia, desde que nos tratemos todos bem, eu dirijo-me logo a si mais direto para que haja uma atenção.

É evidente que eu não quero trazer as coisas negativas só, e quero trazer as positivas aqui a esta Assembleia porque também se fazem as coisas positivas e coisas que eu já alertei para esta Assembleia. Está-se a realizar um trabalho bom e bonito de se ver na Escola Branca, na Escola Amarela já se fez mas eu noto algumas deficiências técnicas que têm que ser corrigidas no topo dos telhados que se implementaram, ao contrário das outras escolas que têm um acabamento diferente e isso no futuro vai trazer problemas, mas temos a outra escola que mais parece que um presídio em comparação com as outras escolas circundantes e os lugares isolados que nós temos que levar em atenção. O amianto continua lá dentro da Escola, fizeram-se lá uns floreados, mas aquela prisão tem que acabar, temos que alterar isto e temos que arranjar formas de alterar. Eu tinha mais coisas mas fica para a próxima.”

5.3 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Luís Resendes, representante da Global Gest, Ld.^a, residente em Cacilhas.

5.3.1 - O Munícipe Senhor Luís Resendes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É a primeira vez que venho a uma posição dessas e vou tentar ser o mais correto possível. O meu nome é Luís Resendes, eu represento uma empresa que a Global Gest e por sua vez entidade administradora do Prédio na rua Elias Garcia nº 88 em Cacilhas. Este prédio está a viver momentos de alguma aflição por quanto este edifício tem nas suas traseiras um muro de contenção de terras que está a fender e a levantar enormes problemas e enormes preocupações aos proprietários daquele edifício. Nós pedimos o ano passado no início do ano uma vistoria técnica à Câmara, a qual se disponibilizou e efetuou essa vistoria a 11 de março



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de 2015. O Relatório emitido em 23 de março de 2015 diz o seguinte como conclusão, “o muro está em risco de colapso com queda do mesmo no logradouro e conseqüente aluimento de terras, devendo ser interdito o acesso aos terraços”.

Ora bem, para dar aqui uma imagem mais clara os terraços estão ao nível do r/c e o muro tem uma altura de cerca de sete metros. Por trás deste muro existem as terras, um terreno que é pertença da Câmara Municipal. Se aquele muro ruir, se cair, o peso daquelas terras irão certamente anular totalmente as duas frações do r/c. As terras entrarão pelas frações dentro e claro as pessoas que lá estão e se lá estiveram na altura vai ser bastante complicado.

Logo a seguir à receção deste Relatório a Administração enviou em 12/05, em 24/07 e em 21/10 três cartas seguidas sem que houvesse da parte da Câmara qualquer resposta a elas. A preocupação dos condóminos mês após mês, para não dizer dia após dia, foi aumentando até que finalmente conseguimos em 19/01 deste ano ser recebidos na Câmara pelo Sr. Eng.º Carlos Serrano. De salientar que esta audiência tinha sido pedida logo na primeira carta que fizemos em 12/05/2015. Só para ter uma ideia, não sei se é possível, o prédio a que me refiro é este aqui por trás, este muro que aqui está, deste lado estão as terras da Câmara Municipal. Segundo contam os condóminos, antes disseram era um espaço da GNR que agora é Câmara. Contam também e confirma-se pelos moradores mais antigos que entre este muro e as terras havia uma vala em que as terras não estavam encostadas a esse muro. Ao longo dos anos as pessoas ocupavam essas terras ou que ocupam ainda essas terras foram construindo barracos e colocando várias coisas encostadas a esse muro, fez pressão sobre esse muro e o muro está a fender, tem fendas à vontade de 10, 12 milímetros.

Já foi pedido um Parecer Técnico a uma entidade a seguir à da Câmara, uma entidade privada que realmente evidenciou ou confirmou os dados que aquele Relatório tinha informação lá contida. Presentemente os moradores do r/c esq.º e r/c dt.º não vão ao terraço, claro compraram aquelas frações com uso exclusivo daquele terraço e não utilizam precisamente porque estão avisados para isso. Estão avisados para não irem para ali. Este prédio é um prédio composto por condóminos já de uma idade avançada, a maioria das pessoas são já reformadas, de fracas posses, não têm condições, é a nossa preocupação que eu venho aqui manifestar junto desta Assembleia, primeira e foi aquela que pedimos em janeiro, que todos esses barracos e todos esses pesos, bidons de água, tudo isso fosse desviado daquela parede para evitar a continuação de forças naquela parede, acontece que à data de hoje ainda lá está tudo.

Eu tinha à data de finais de janeiro uma carta da Câmara a dizer que a informação tinha ido para o Departamento, portanto que alguém se ia encarregar de desviar e de limpar aquelas terras. Ora bem, o que é que o Condomínio pretende com isso tudo? Acha que o muro na condição em que se encontra foi de facto afetado ao longo desses anos todos por toda esta



prática que aqui está, pedimos já um orçamento só para escoramento daquele muro, não para fazer obra e pediram-nos 24 mil euros. Tendo em conta que se trata de um edifício já com quarenta e tal anos, com residentes já na reforma, sem condições, o que este condomínio pede e foi isso que fizemos no dia 19/01, foi pedir à Câmara uma atenção especial sobre esse caso, porque sabemos bem, no dia em que esse muro cair já não vale a pena nós irmos pedir nada, os acontecimentos já aconteceram, alguém já se magoou ou alguém magoou-se mesmo a sério, pode já não cá ficar. Aquilo é extremamente perigoso, aquilo está complicadíssimo e as pessoas estão totalmente impotentes para fazer seja o que for para resolver aquela questão.

Peço aqui a esta Assembleia, ao Exm.^o Sr. Presidente que arranje uma forma, em colaboração com o condomínio de evitarmos aqui realmente uma situação muito complicada e que pode ser depois do acontecimento muito, muito grave.”

5.4 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

5.4.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começo pelo fim. Em relação à questão colocada pelo Sr. Luís Resendes, não tem aqui o seu contato, nós vamos apurar aquilo que se passa e entraremos em contato consigo. Naturalmente se houver responsabilidade da Câmara, a Câmara assumirá os custos da obra de contenção do muro, não pensamos que possa ser de outra maneira. Mas vamos apurar, temos aqui um e-mail se servir contataremos por e-mail, mas neste momento é o que lhe posso colocar.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Carlos Alberto, dizer que em relação ao Mercado Abastecedor nós constatamos e confirmamos que há situações de não conformidade no Mercado Abastecedor de Almada, de há muitos anos a esta parte. A nossa aposta e que estamos a trabalhar com os outros Municípios da Área da Península de Setúbal é criar as condições para criar um Mercado Abastecedor que possa servir a Região tal como em relação a Lisboa.

A parte Norte existe o MARL como conhecem, com as devidas condições e que pensamos que a nossa Península também mereceria uma infraestrutura com essas características e daí as intervenções no Mercado Abastecedor sejam intervenções de minimização dos problemas que lá existem. Têm feito algumas intervenções em relação ao piso, em relação às coberturas, em relação ao processo de eletrificação que naturalmente nunca resolverão os problemas estruturais que tem aquele Mercado e só com um novo Mercado serão resolvidos. Mas a aposta ou é fazer um Mercado aqui e cada um temo seu mercadinho ou então trabalhamos em conjunto e criamos um Mercado Abastecedor com a dimensão necessária, a



qualificação as suas redes de frio, as suas redes de armazenamento, etc., que se conformem com as exigências de uma perspetiva de desenvolvimento e de apoio efetivo à atividade dos nossos operadores de mercados. A opção tem sido, como disse, minorar.

Em relação às questões das escolas. Quero sublinhar que no que diz respeito ao processo de eliminação de amianto das nossas estruturas, das estruturas da responsabilidade da Câmara Municipal, estamos a falar das Escolas do 1º Ciclo da responsabilidade da Câmara Municipal, o processo de eliminação de amianto está em curso, apesar de o Instituto Ricardo Jorge, o estudo que foi feito e que a nosso pedido tenha afirmado que as estruturas de amianto em nenhuma escola punham em perigo a saúde das crianças. Isto de amianto, vamos lá ver, convém não falar com papões, porque a gente depois também diz, tomou uma aspirina e ficou doente e tomou um “benuron” e também ficou doente ou então passou debaixo de um cabo de alta tensão e pode ficar doente, as mais diversas coisas.

Acho que o histerismo que às vezes se cria em relação a determinadas coisas não ajuda à resolução dos problemas e nós estamos apostados na resolução dos problemas. E vamos eliminar todas as estruturas de amianto nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, embora a entidade que tem responsabilidade de avaliação do risco para a saúde humana em relação a essa matéria, como em relação às outra que se tenha dito no estudo a nosso pedido e que a Assembleia já foi a seu tempo informada que não havia risco para as crianças. Em relação às nossas escolas é o que estamos a fazer e vamos continuar a fazer outro tipo de beneficiações.

As escolas que não são da nossa responsabilidade, que são da responsabilidade do Estado, nós temos diligenciado para que sejam feitas obras. Ainda há pouco tempo veio a notícia que está feito um levantamento, penso que foi o Sr. Ministro do Ambiente, se não estou em erro, sobre os edifícios públicos onde existia amianto. O nosso empenho é que as obras de correção sejam feitas, mas todos compreendemos e também gostava de o dizer, embora não seja da nossa responsabilidade que isso é feito hoje e é acompanhado por técnicos altamente conhecedores da situação e que com a nossa intervenção, com a intervenção das populações, com a nossa intervenção enquanto eleitos locais também que as coisas serão corrigidas por forma a que a saúde pública seja preservada.

Não há comparação entre as questões das telhas de fibrocimento e as questões do amianto enquanto isolante, que é outra realidade, e eu felizmente ou infelizmente sei do que estou a falar sobre essa matéria e sou muito contrário a que sobre essas coisas se faça demagogia e que se coloquem as pessoas em situação de medo em torno de questões onde não há razão para isso.

Finalmente 25 de Abril. É verdade o percurso que o Sr. António Palma aqui veio descrever, há conquistas e há valores no vosso 25 de Abril, mas referindo-se concretamente às questões relacionadas com a Regionalização, é uma batalha na qual nós temos estado empenhados,



que nós desejamos que se concretize e estamos empenhados na sua concretização, não aderimos a qualquer modelo de Regionalização, mas queremos que ela efetivamente se faça. É um dos aspetos da Constituição que não estão cumpridos como muitos outros que acabou de referir. Mas continuamos a considerar que a Constituição continua a ser uma importante trincheira de defesa dos valores de Abril, continua a ser um importante instrumento de luta pela concretização desses valores. E é isso que neste 40º aniversário da Constituição da República gostávamos de sublinhar. Ele é um instrumento que pode ajudar-nos a defender conquistas importantes que tivemos, direitos que reconhecemos como nossos e também a lutar pelas transformações que desejamos em Abril, muitas das quais se perderam no quadro da luta que se travou, mas das quais não desistiremos. E continuamos a considerar que a luta, a Constituição é um instrumento importante dessa luta, aliás como se provou em vários momentos nos últimos quatro anos.”

5.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda gostaria apenas de solicitar ao Executivo que mantivesse os Grupos Municipais informados do andamento desta situação reportada pelo Sr. Luís Resendes, referente ao prédio sito na rua Elias Garcia, em Cacilhas e gostaríamos também de ser informados do andamento da situação aqui reportada na primeira Sessão desta Assembleia pelo Sr. Francisco Penha, da Associação Mãos Unidas, pedimos essa informação não apenas para o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda mas para todos os Grupos Municipais, obviamente.

O primeiro Município que aqui veio falar sobre a cedência de um terreno para uma Associação Humanitária, apenas sabermos o andamento, se alguma diligência foi tomada.”

5.4.3 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só em relação à última questão. Já agora em relação à primeira questão da informação, é natural, faremos como é costume informação à Assembleia. Também o faremos em relação à segunda questão que nos colocou.

Mas gostava que ficasse claro, se todas as instituições ou ditas instituições de solidariedade social que existem, que chegassem aqui à Câmara e nos pedissem, mesmo esquecendo o tom, o tom eu ponho de lado, que lhes cedêssemos terrenos, temos que pensar que são terrenos públicos, não são da Câmara, são dos cidadãos, são dos municípios, tenho muitas dúvidas que tivéssemos terrenos para tanta gente.

O nosso critério é, tem que haver atividade comprovada, tem que ter feito alguma coisa e é muito difícil chegar-se aqui e dizer, aqui ou antes ao Gabinete da Sr.^a Vereadora ou de quem quer que seja, e diga estou cá para me darem um terreno, faça favor diga lá onde é que ele está a título gracioso.



É preciso que se tenha em conta que o nosso apoio solidário tem que ter garantia efetiva que a solidariedade seja praticada. E se, se pede um curriculum para coisas mais simples também é bom que haja um curriculum para coisas desta dimensão e que esse curriculum esteja comprovado no nosso terreno. É a diligência que fazemos com este, como para qualquer outra instituição, sempre num espírito de boa vontade e de abertura e procurando corresponder à queles que queiram fazer o bem na nossa terra.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 167/XI-3º e 168/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 20/04/2016, sobre “Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2015” e “Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2015”, sendo também considerados os Relatórios de Fiscalização e respetivos Pareceres e as Certificações Legal das Contas da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, (Conforme Anexos XVIII, XIX, XX e XXI, da Ata Nº 42/XI-3º de 28 de abril de 2016), Continuação.

6.1.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Carlos Guedes, António Pedro Maco, Maria D’Assis, José Joaquim Leitão, Luísa Ramos, Nuno Matias, João Galdes e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria de começar referindo-me ainda à discussão iniciada aqui ontem, que todos os Grupos Municipais naturalmente têm a sua opinião têm ideias próprias. Algumas encontram correspondência noutras aqui expressas, outras em parte ou uma boa parte delas nem por isso. É disto que se faz a política a todos os níveis desde aqui até à Assembleia da República ou onde nós quisermos. Do confronto de ideias surge ou não um consenso, o que não podemos admitir, o que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda não pode admitir, é que se registre todo este nervosismo antecipado na discussão que aqui iniciámos ontem e que hoje vamos prosseguir. Não é admissível a nosso ver que a mais de um ano das eleições autárquicas nós comecemos já a fazer insinuações mais ou menos reveladas, mas que aqui são produzidas. Este órgão tem um mandato de quatro anos e merece-nos a nosso ver mais respeito do que aquele que aqui foi demonstrado. Referindo-me então concretamente ao assunto que estamos a discutir, o Bloco de Esquerda salienta naturalmente o rigor e a palavra será mesmo essa, na execução financeira demonstrada pelo Executivo. Mas preocupamos em certa medida a evolução do peso do IMI nas receitas da Câmara. Todos os impostos em si, mas principalmente em relação ao IMI, senão atentemos em 2009 para uma receita total de 62 milhões de euros à volta disto o IMI rondava os 12 milhões e meio, cerca de 20% da receita da Câmara. Em 2010 eram 24 milhões em 72 milhões e meio, 33%. Em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2015 foram 30 milhões em 77 milhões e meio, o que representa cerca de 40%. A evolução do IMI tem-nos demonstrado e o Bloco de Esquerda tem feito referência constante a esta questão, a evolução da receita do IMI tem aumentado de ano para ano e o seu peso também. O peso não nos deve limitar a outra análise que nós fazemos e que nós assumimos no início deste mandato que é chegarmos ao final deste mandato com o valor mais baixo possível do IMI que cobramos aos nossos munícipes. É entendimento do Bloco de Esquerda que no decurso da discussão que vamos ter mais para o final deste ano é possível dar passos talvez mais arrojados do que aqueles que têm sido dados até agora. O Bloco de Esquerda gostaria também e o Grupo Municipal quer realçar os processos de realojamento que se iniciaram nomeadamente nas Terras da Costa e mais precisamente na rua do Juncal. Quer-nos parecer, daquilo que nos tem chegado, que foi um processo que decorreu com alguns problemas a princípio, mas que teve um desenlace exemplar, digamos assim. Há muito a fazer nesta matéria, há o resto das Terras da Costa para realojar, sabemos das intenções do Executivo, iremos manter o acompanhamento desta situação. Há também o 2º Torrão, naturalmente. Há muito a fazer em relação à reabilitação urbana, há muita atenção a dar ao estado geral de degradação de alguns bairros sociais, há muito a fazer em relação ao estado geral das estradas e já muito aqui foi dito nesta Assembleia sobre isso.

Em relação a uma situação que aqui foi referida ao longo desta Assembleia também o processo de reconversão da Estrada Nacional 377, foi apresentado um plano e em nosso entender, no entender do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda o plano é pouco ambicioso, demos na altura conta disso, um plano que se divide em seis fases, cuja primeira fase está previsto o início, mas não se sabe quando acaba e não se sabe quando acabarão as fases seguintes. É no nosso entender uma obra estruturante que merece a nossa melhor atenção e que merece a maior celeridade possível na sua execução. Como este plano existem outros, sabemos bem que Almada tem muitos planos de reconversão. Ou seja, ideias não nos faltam e faltam-nos é a forma de as concretizar. O Bloco de Esquerda não acompanha totalmente todos os processos em curso, ocorre-me assim de repente a Torre que está prevista para Cacilhas e com a qual nós nos manifestámos atempadamente. Preocupa-nos essa situação, mas naturalmente que entendemos que é preciso dar andamento aos processos que estão dentro da gaveta. Sabemos que os tempos não são fáceis e sabemos que é fácil chegar a este nível e fazer aquilo que o PSD e o CDS aqui fizeram nos últimos dias que é exigir para Almada aquilo que não conseguiram oferecer ao País, exigir de Almada que não sobrecarregue os seus Munícipes com impostos, mas todos nós sabemos o que aconteceu nos últimos quatro anos enquanto estes dois partidos estiveram no Governo lado a lado, impondo aos portugueses toda a austeridade e mais alguma, mesmo aquela que a troika não impunha, eles impuseram-na e impuseram-na de forma despudorada. Isto é ideológico naturalmente, tudo é ideológico. Quando os Srs. Deputados pretendem esvaziar o 25 de Abril



e as comemorações dos 40 anos da Constituição de ideologia, nós também sabemos ao que é que isso leva, leva a que muito fique por discutir, que muito fique por fazer. O Sr. Deputado do PSD falou aqui em audácia, em ambição, nós acompanhamos a necessidade de tudo isso, mas nós não vimos nada disso nos últimos quatro anos enquanto este partido acompanhado do CDS estiveram no Governo.

Termino pelo menos para já, dizendo que o Bloco de Esquerda também sente a falta de grandes obras no Concelho. Não nos preocupa tanto a questão do turismo, preocupa-nos de facto as pessoas que aqui vivem. Nós vemos o turismo avançar de forma mais ou menos descontrolada, nós acompanhamos a situação, mas a nossa preocupação primeira é para as pessoas que aqui vivem, para os almadenses e para as almadenses. Há muito por fazer, falta uma biblioteca; falta uma piscina na Costa da Caparica; falta concretizar a Casa do Professor que está na Cova da Piedade e que está a cair aos bocados; falta dar um destino aos Silos do Caramujo que não sabemos ainda o que é que lhe vamos fazer; falta dar um destino à Quinta do Almaraz; falta dar um destino ao Ginjal; faltadar um destino à Romeira; falta dar condições melhores de vida a quem vive na Trafaria; no Porto Brandão; em Murfacém; na Cova da Piedade. Falta muita coisa. Há muita coisa por fazer, mas reconhecemos que há alguma coisa a ser feita. Não deixamos de reconhecer também que é muito difícil a qualquer autarquia com todas as limitações que ao longo destes 40 anos que o Poder Local tem, e foram sendo impostas por parte do Poder Central a imposição de limitações aos recursos humanos. Tudo isso complica a vida das autarquias e dos autarcas. É fácil estar no Governo e impor estas limitações e chegar depois aqui e dizer, os Srs. não fizeram, os Srs. não quiseram. Às vezes não é tanto o querer, às vezes é falta mesmo de mão de obra para executar o que falta fazer.”

6.1.1.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu pedi a palavra visto que na intervenção de ontem, já estávamos a terminar os trabalhos a Sr.ª Deputada Luisa Ramos da Bancada da CDU, que é composta pelo Partido Comunista e pelo Partido Os Verdes, fez aqui umas certas considerações ao qual e nessa condição que eu estou a intervir, ao qual referenciou o CDS. Eu devo começar a minha intervenção por dizer e visto que também falo baixo, como é evidente, embora às vezes não seja fácil quando alguns partidos, nomeadamente o CDS, estão daquela bancada com ruído de fundo que normalmente ai se cria, ai à frente, às vezes também nos queremos ouvir e por ventura às vezes, por vezes levaremos a que nos façamos ouvir melhor e para que todos nos ouçam. Depois entrando então nalgumas considerações que a Sr.ª Deputada do Partido Comunista fez nesta Assembleia relativamente quer ao último Governo, quer também ao CDS e falou aqui de e eu anotei a intromissão e boicote por parte do Governo do CDS relativamente ao Fundo de Apoio Municipal. Ora Sr.ª Deputada, enfim isto foi criado numa tentativa de



responsabilidade solidária das autarquias, esperemos Sr.^ª Deputada que nunca venhamos a ter essa necessidade também nós aqui em Almada, mas não deixa de ser curioso e visto que a Sr.^ª Deputada disse que os almadenses ficaram prejudicados com esta criação do Fundo de Apoio Municipal visto que Almada tem as contas saldadas e não tem dívidas, quer dizer, nós perguntamos Sr.^ª Deputada, e não estará o seu partido também preocupado com os almadenses quando existem bancos com dívidas e os Srs. querem nacionalizar? Não estarão aí também preocupados com os almadenses? E pagamos todos incluindo os almadenses.

Depois Sr.^ª Deputada, também gostaria de realçar outras questões que foram faladas. A Sr.^ª Deputada diz que não há privados a investir em Almada, pois Sr.^ª Deputada nós não sabemos, realmente nós vemos os privados a investir noutros Concelho como Oeiras, Cascais, Sintra e até Loures, veja bem, até Loures. Mais questões que a Sr.^ª Deputada aqui falou, falou relativamente a que o CDS já estaria em propaganda eleitoral, já estaríamos aqui num processo de propaganda eleitoral. Bom o CDS até ver está bem e recomenda-se e não está preocupado com as próximas eleições. Aliás, recorde-se também que o ano passado o CDS e o PSD que tanta austeridade como a Sr.^ª Deputada disse, impos aos portugueses, veja lá Sr.^ª Deputada ganhou as eleições. Depois a Sr.^ª Deputada fala aqui também e está gravado em mentiras. Sr.^ª Deputada é mentira que existe falta de investimento para o desenvolvimento económico e empreendedorismo no Concelho de Almada Sr.^ª Deputada? É mentira, embora estando melhor que durante muitos anos vivemos um problema de limpeza e de recolha de lixo e resíduos em Almada Sr.^ª Deputada? É mentira que uma zona como a Costa da Caparica e já sei que se vai sempre desculpar com o Polis, mas aliás o Polis é de há poucos anos atrás. A Costa da Caparica está nas mãos, o Concelho está nas mãos deste mesmo Partido Comunista há 40 anos. É mentira que temos uma zona balnear como a Costa da Caparica subaproveitada? Sr.^ª Deputada, é mentira que se continua a gastar demais em oferendas e enfim, Sr.^ª Deputada eu não quero e não é por respeito e não é só respeito aos partidos aqui presentes, não é só por respeito à Câmara mas sobretudo por respeito aos almadenses, eu não vou aqui enumerar os gastos que foram feitos, nomeadamente em determinadas ofertas. Porque isto Sr.^ª Deputada, isto sim é uma afronta a todos aqueles que quando são apresentadas propostas e medidas, aquilo que vem do Executivo é que não há dinheiro para se implementar. E posso realçar por exemplo o IMI familiar. Portanto Sr.^ª Deputada nós deixamos aqui estas considerações. E já agora o Sr. Deputado Carlos Guedes do Bloco de Esquerda, Sr. Deputado não se esqueça das promessas eleitorais do Bloco de Esquerda antes das eleições, Sr. Deputado, não se esqueça do que é que o Bloco de Esquerda propunha. Os vinte e cinco euros que o Bloco de Esquerda propunha e não se esqueça do que é que foi aprovado agora. Não se esqueça também e não se deve esquecer esta Assembleia de quando o Sr. Deputado diz que aqui nesta Assembleia propõe-se uma



coisa que não se propõe no Governo, não se propõe quando o PSD e o CDS eram Governo, eu reparo existe exatamente a mesma coisa com este Executivo e com estes Partidos que neste momento estão no Governo, quando aqui tem uma posição totalmente diferente e mais uma vez volto a frisar o IMI, aliás não falo só neste Município, mas também em todos os Municípios, a maior parte dos Municípios do Distrito de Setúbal onde se vê aquilo que é apregoado na Assembleia da República e aquilo que é feito nesses mesmos Municípios. Portanto, Srs. Deputados, eu acho que relativamente a essas questões o CDS não está aqui a fazer propaganda eleitoral, até porque se estivéssemos a fazer estaríamos a fazer há muitos anos. Há muitos anos porque as coisas infelizmente apesar de estar um pouco melhores, é verdade, apesar de há quatro anos para cá as coisas estarem melhores, é verdade, mas ainda há muito para fazer.”

6.1.1.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu irei falar aqui um pouco nas questões mais centradas nas questões da solidariedade e não quero ser repetitiva, mas apesar de facto pela leitura que eu fiz das Grandes Opções do Plano e do Relatório e Contas, quero de certo modo aqui reforçar a dificuldade que eu tive de avaliar o grau de execução de algumas ações, da forma como são formuladas nas Grandes Opções e depois como aparecem em termos de Relatório e Contas. E quero aqui só dar um pequeno exemplo e penso de facto a Câmara terá toda a vantagem de melhorar. Penso que será muito melhor de facto quer para os Deputados, quer até em termos do próprio Concelho e dou aqui um pequeno exemplo, fala-se da reabilitação de prédios camarários, mas quantos? Será significativo face ao universo, penso que há aspetos aqui que há que melhorar.

Mas agora centrando mais nas questões da solidariedade, relativamente ao CLASA, quero dizer de facto neste momento esta Comissão tem dois bons instrumentos de trabalho, é o diagnóstico social do Concelho e o Plano de Desenvolvimento Social, mas penso que neste momento houve um saldo qualitativo, foram elaborados estes dois documentos que são importantes, mas penso que tem que haver uma maior aposta em termos de animação das parcerias. Eu vou explicar. Penso que estamos ainda numa fase de elencar os recursos dos parceiros, do aderentes e é importante melhorar-se a comunicação. Há uma maior divulgação dos recursos, mas mais do que isso é necessário animar as parcerias no sentido de mobilizá-los para o encontro de soluções, para os problemas emergentes em termos do Concelho. A perspetiva é assim muito deixar a iniciativa de cada um dos parceiros, a implementação de respostas e ainda não estamos numa situação em que de facto face a problemas emergentes há uma mobilização, portanto uma criação de sinergias ou acrescentar de mais valor social para o encontro de soluções. E eu penso que o CLASA teria toda a vantagem se, se fizesse a revitalização das Comissões Sociais Inter-Freguesias, que é um projeto que já está no



Plano de Ação de 2014. Portanto, já desde 2014 ele está em Plano de Ação, esteve em 2014, esteve em 2015 e ainda, de facto estamos a aguardar esta revitalização das Comissões Sociais Inter-Freguesias. Porque eu penso que permite uma rede de proximidade local mais ajustada para a resolução dos problemas locais.

Outro aspeto que eu penso e entendo que de facto se tenha suspenso os grupos de trabalho por temática no âmbito do Plano Municipal de Parceria para a Solidariedade, porque de facto havia que elaborar o PDS, o Plano de Ação do CLASA, mas eu penso que era importante o retomar estas reuniões temáticas, porque permitiam o aprofundamento de diagnóstico, a partilha de informação e portanto a apresentação de algumas soluções. Isto de facto estou numa perspetiva mais a minha área e penso que se poderia e deveria melhorar.

Relativamente ao CLASA, de facto os problemas no Concelho são imensos, mas há alguns problemas emergentes que eu penso que tem que se ter alguma atenção em termos do encontro das soluções. São imensos mas eu vou apontar uns três ou quatro, que tem a ver com o aumento exponencial das situações de doença mental, sem a correspondente criação de serviços, pelo contrário tem-se vindo a encerrar serviços nessa área. Eu penso que é importante no âmbito da parceria melhorar a capacidade de resposta ao nível das entidades que operam ao nível dessa área. Outros aspetos que eu acho que tem que se dar alguma especial atenção tem a ver com o aumento de idosos isolados e aumento das situações de dependência quer ao nível funcional e cognitivo. Todos nós sabemos que Almada é o Concelho em termos do Distrito de Setúbal com maior número de idosos isolados ou de idosos a viver com outros idosos. Eu penso que é importante, já há alguns anos que se vem pensando no dos idosos isolados sem rede de cobertura, que é uma situação que ainda não se conseguiu implementar e de facto também é outro aspeto que é a criação e o aumento de respostas diferenciadas ao nível da demência. É uma situação emergente, todos que lidam com a área da terceira idade vem de facto este aumento exponencial e não é em vão.

Portugal 2020 aponta como um dos problemas emergentes nos próximos anos.

Outro dos aspetos que penso que gostaria também aqui de referir é o reforço das redes de apoio às famílias. Não posso deixar de dizer que de facto houve o ano passado um incremento da oferta ao nível de atividades de tempos livres nos períodos não letivos, no entanto tem que dizer que a grande parte das crianças e jovens que beneficiaram destas atividades foram crianças ou jovens com retaguardas familiares. Eu penso que tem que haver uma diferenciação positiva, porque nós temos também um Concelho com um número elevado de crianças em situação de risco e de perigo e eu penso que tem que haver uma diferenciação positiva relativamente à parceria local, um encontro de soluções para essas situações. E é isto que eu acho que é a riqueza da parceria, e nós temos uma experiência no PIA em que de facto mobilizaram-se parceiros locais, a Câmara, o Agrupamento de Escolas, uma IPSS local e dá-se uma resposta estruturada durante as férias de Verão e que



de certo modo é dirigido para crianças em situação de risco ou potencial risco. Eu penso que isso deveria ser replicado, estas sinergias que eu acho que uma Comissão Social Inter-Freguesias poderá mais facilmente conseguir.

Outro dos aspetos que eu queria referir tem a ver com questões da habitação. Eu sei dos pedidos, a Câmara não tem capacidade de responder de todo em todo aos pedidos que existem, no entanto eu penso que é importante e também já há anos que vimos falando na questão do Regulamento Municipal para a Habitação Social, e também aqui eu acho que era importante haver alguma discriminação positiva e uma maior articulação com algumas estruturas locais, nomeadamente núcleo local de inserção, no sentido de uma maior articulação entre os técnicos da Câmara e os técnicos que de facto acompanham essas famílias, também priorizando algumas situações com maior precariedade económica e cumulativamente apresentam problemas graves de saúde ao nível da violência doméstica e ao nível das famílias monoparentais que sabemos também que Almada é o maior Concelho com maior número de famílias monoparentais. E também aqui não posso deixar, embora saiba que é um bocadinho mais difícil, tem a ver com as unidades multideficiência. Foram criadas, não existiam, é um bom recurso, mas continuamos a penalizar os pais durante os períodos não letivos, as unidades encerram e penso que poderia ser equacionado entre a autarquia, entre o Ministério da Educação e algumas IPSS locais, a exemplo do que acontece nas AEF em que de facto no âmbito da parceria foi possível apoiar as crianças durante o ano todo, à exceção do mês de agosto.

Em termos da RMAMA (Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo) fala-se em 118 projetos apoiados, mas quais, qual o impacto para a melhoria das condições dos Municípios. Sei que fala-se que foram apoiados 118 projetos, mas eu leio e não sei avaliar qual o impacto disso.

Relativamente ao Plano Municipal de Emergência Social tenho que elogiar este programa, embora, e um programa com caráter assistencialista, mas também aparece para colmatar uma lacuna em termos da Segurança Social, penso que é um programa que é de elogiar, não só em termos do esforço financeiro da Câmara, mas também da forma como o projeto está a ser implementado, como ele está a ser monitorizado e de facto este sim apoia as situações de maior carência social do Concelho.”

6.1.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ouvindo a intervenção do Sr. Deputado António Maco, do CDS, dá-me ideia que o Sr. Deputado esqueceu que o PSD e o CDS retiraram o complemento solidário para idosos a setenta mil idosos e o rendimento social de inserção a cento e setenta mil pessoas, entre elas mais de cinquenta mil crianças. Aumentaram o IRS em 3.940 milhões de euros. Entretanto recordar ao Sr. Deputado também que em relação ao IMI, a taxa máxima já foi



reduzida e que o Bloco de Esquerda, ao contrário do CDS, não está nem esteve no Governo, nem tem maioria na Assembleia da República. Entretanto a geringonça vai funcionando e nós vamos aos poucos, com algumas propostas repondo aquilo que os Srs. trataram de tirar nos últimos quatro anos.”

6.1.1.5 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Agradecer as vossas intervenções, e naturalmente responder a algumas questões por elas colocadas.

Em primeiro lugar em relação ao Relatório de Atividades. O Relatório de Atividades é da responsabilidade da Câmara que aqui o traz, não é da responsabilidade dos serviços. Os serviços fornecem os elementos para o Relatório, a Câmara elabora-o e traz à apreciação da Assembleia Municipal. Gostava que isto ficasse claro. E o Relatório retrata aquilo que se passa e portanto quer no que diz respeito às realizações, quer no que diz respeito às não realizações. Nunca dissemos nem nunca diremos que temos aqui a perfeição das perfeições e que tudo aquilo que está nas linhas de orientação e nas atividades é cumprido, mas quando se realiza uma execução orçamental de 89%, estamos aqui a considerar que muito foi realizado. Nós não realizamos 100%, realizamos 89% da nossa despesa. E também se compreende que em relação ao projeto inicial, que haverá rubricas, isto é atividades e objetivos que ficaram aquém e que outros terão sido ultrapassados, que terão exigido mais recursos e que às vezes até com menos recursos se obtiveram mais resultados. A leitura do documento é uma leitura integrada, reflexiva, crítica que propõem a crítica, cada um de nós que vissemos ali a verdade vertida e eterna, portanto não é disso, não olhem nunca para os nossos documentos, peço-vos a vós desta maneira, olhem sempre com espírito crítico para aquilo que lá está porque é essa a nossa postura. Nós entendemos que há aqui aquilo que são os nossos propósitos e há o trabalho coletivo que é feito por todo o Município que se movimenta em relação a uma determinada direção e procuramos ter em conta as várias opiniões.

Depois, em relação às questões que foram colocadas mais em específico, ainda direi alguma coisa.

Mas em relação às grandes questões que aqui se colocam, ou seja, se neste contexto de crise económica e social profunda que se tem vivido, se temos feito tudo aquilo que está ao nosso alcance e se poderíamos ir mais além, mas mais do que isso, se o caminho para ir mais além é no sentido de procurar reforçar o desenvolvimento económico ou é procurar ajudar a minimizar os impactos sociais dessa crise, isto também tem limites, com certeza que não estão definidos entre um caminho ou outro caminho, porque naturalmente há coisas que se complementam, é importante esclarecer aquilo que são as competências próprias das autarquias locais. As autarquias locais enquanto estrutura vamos chamar-lhe assim, entre a



média de poder é facilmente comprimida entre dois processos, um processo de um Governo Central que lhe retira recursos e a vontade dos cidadãos que querem os seus desejos realizados e que exigem que o poder que está mais próximo dele os realize. E muitas vezes num quadro em que quem está no poder central e que entala por cima o poder local, depois vem por baixo querer incitar as pessoas a que exijam do poder local, face áquilo que eles não são capazes de fazer. Esta é uma das nossas dificuldades, num contexto em que como toda a gente sabe nos últimos anos, nos últimos quatro anos foram retirados ao poder local importantes investimentos e aspetos centrais da sua capacidade de realização. A questão das Freguesias e de agregação das Freguesias é um desses aspetos, mas houve muitos outros relacionados com a não transferência para as autarquias de verbas, com alterações do quadro legislativo, impondo-lhe um ordenamento interno e da sua estrutura interna, ou impedindo-os de fazer recrutamento de pessoal, ou impondo um controlo da contabilidade com coisas inimagináveis. Basta falar com qualquer funcionário das nossas áreas e dos nossos serviços que exigiram sistemas de informação a funcionar quase que à hora a informar os diversos organismos de tutela de tudo aquilo que se faz, colocando questões e desafios em relação a questões estruturantes como a questão dos resíduos ou as questões da água. Enfim, tudo isto e muito mais do que isto que se foi passando. A questão do Fundo Municipal, uma séria de outras e muitas coisas que se passaram neste contexto em que quer se queira quer não, e lamentando sempre durante muito tempo que tínhamos cimento a mais, que tivéssemos chegado à conclusão que às vezes precisávamos de algum cimento para que a vida económica das nossas autarquias pudesse ter mais sustentabilidade do que aquela que veio a ter nos últimos anos.

Quando se chega aqui e se diz assim, o que é que nós fazemos para ajudar ao desenvolvimento das empresas ou para criar e ajudar as empresas, é preciso ver qual é que é a nossa dimensão e a nossa capacidade e qual é a capacidade que têm as autarquias para concretizar esse projeto que está fora daquilo que é o núcleo central. Volto a dizê-lo, daquilo que é o núcleo central das nossas competências, para além daquilo que se referem às matérias de ordenamento do território e planeamento do território e das taxas e valores que lhes estão associados ou por isenção de taxas ou por mecanismos de outra natureza qualquer, porque toda a gente sabe que propaganda para isto não chega. Mas, mesmo em relação às questões centrais é importante para Almada ter presente que nós confrontámo-nos no início ou nas vésperas do início deste mandato com a celebre questão do Terminal de Contentores da Trafaria, com a liquidação da CostaPolis e quando falo estas coisas estou a fala-las em simultâneo porque a isto vão-se juntar a questão das alterações e dos impactos da tempestade que assolou a Costa da Caparica em determinada altura, mas é preciso perceber que tudo isto em relação a uma área do território significou o congelar qualquer projeto para esse território. Mas não por parte da Câmara, por parte de qualquer investidor,



até daquela que nos contataram a nós e nos perguntaram o que é que vai acontecer aqui nesta área? O que é que os Srs. nos dizem que vai acontecer? Podemos investir ou ficamos à espera? E nós dissemos aqui várias vezes, é necessário que esclareça em definitivo o que é que em relação ao Terminal de Contentores da Trafaria se pretende. Eu tive uma entrevista com o Senhor Secretário de Estado Sérgio Monteiro, fiz-lhe a pergunta em concreto e ele não respondeu. E é preciso dizer isso e que fique claro.

Mas há pouco tempo estive em Cannes, na grande Feira Internacional do Imobiliário. Estive lá, estivemos a promover o nosso projeto do Arco Ribeirinho Sul e a promover a Margueira. Com vontade, orientados e acompanhando o Conselho de Administração da Empresa Baía do Tejo que enfim também com quem trabalhamos nesse propósito, fazendo o filme e estando lá presente em todos os momentos com a Empresa Baía do Tejo, nomeada pelo Governo anterior PSD e CDS e agora há poucos dias estivemos com o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e pôde esclarecer uma questão importante, é que durante estes quatro anos que andámos a promover a Margueira, efetivamente a Margueira ainda não se sabe quem é o dono da Margueira, onde é que acaba e termina a Margueira. E isto foi feito pelo Governo que acabou de sair. Andou a lidar connosco como se a Margueira fosse um produto que chegássemos ao pé de um promotor e disséssemos, está aqui um projeto com plano, se faz favor. E depois viemos a saber e perguntam-nos, mas vocês vão vender o que não é vosso? Sabem se isso é vosso? De quem é isso? Como é que vocês vão para Cannes ou para uma Feira de Imobiliário sem saber o que é que é isso? De quem é? Vão enganar os promotores? Foi o Governo que acabou de sair há pouco tempo que andou a fazer isto. Mas depois chegam aqui e dizem que a gente não faz nada para o desenvolvimento económico da nossa terra, quando este é o grande projeto.

Não aceito que me queiram entalar. Sei onde estou, todos sabemos, os que estão à volta desta mesa, onde é que estão.

Apertar por cima e apertar por baixo, não contem connosco, eu conheço isso de há muitos anos, também já faço política há muitos anos, não faço isso.

Os mesmos que estão aqui a pedir uma coisa e fazem o contrário quando lá estão, não contem. Acima de tudo sinceridade e lealdade na política também faz bem, embora defendamos interesses diferentes.

Sobre as questões da promoção da atividade económica o que tinha para dizer é isto. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para oferecer confiança em todas as condições àqueles que queiram investir na nossa terra. Os grandes, os pequenos, os médios, todos os que queiram fazer. E nós sabemos quais são os seus interesses, mas estamos cá para procurar que os seus interesses se repercutam na melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos e em todas as circunstâncias e não para andar a fazer show-off. Para isso não contem connosco.



Questões de outra natureza. Sobre as questões relacionadas com a receita e com a questão do IMI. Nós fomos os primeiros a dizer e sempre o temos dito, que o IMI se tornou uma receita estruturante da nossa receita orçamental e que é justamente pela dependência em relação ao IMI e pela incerteza que existe em relação aos outros aspetos, que nós temos procurado e temos defendido que temos que ter cuidado ao lidar com a questão do IMI. Justamente por isso. Tem vindo a subir é verdade, e até na reflexão que fizemos o ano passado sobre o IMI familiar, nós concluímos em determinada altura que havia de facto um progresso que se estava a verificar no IMI apesar da nossa taxa ter vindo a baixar, isto é aquilo que pedíamos de esforço aos proprietários, apesar de termos reduzido a nossa carga, que o volume global tinha vindo a aumentar e que uma parte significativa disso resultaria justamente do facto dos tempos de isenção ou de carência ou como chamam isso, terem vindo a reduzir porque foram cinco anos e agora estão em três anos e portanto vão entrando a pagar IMI as famílias que compararam a casa há três anos e que antes compraram há cinco anos demorava mais tempo a entrar no processo de pagamento. Se lhe reduziram o tempo entram mais cedo. Agora, isto vai parar. Como sabem o mercado da habitação tem vindo a estar reduzido, isto vai acontecer. O que temos dito e dizemo-lo é que se houver e se, se confirmarem as anunciadas propostas de alteração do quadro de aplicação do IMI que fazendo contas nós poderemos vir a mexer na taxa no sentido da descida, com a qual estamos comprometidos e analisar se pudemos ir ou não mais além em relação a isso. Mas volto a dizer, como já disse ontem a outro propósito, isto não é nenhuma promessa feita em abril para outubro. Temos que olhar para o que vai acontecer. Os fundos imobiliários vão ou não vão pagar IMI? Continuam isentos ou vão pagar? O que é que isso pesa em Almada? É preciso saber. As segundas habitações vão pagar IMI agravado ou não vão pagar IMI agravado em 2017? É preciso saber isso, porque isto não é mais ou menos a olho. A receita do IMI tornou-se, por razões que têm a ver com o quadro global, tornou-se estruturante para a nossa receita. Agora, continuamos a dizer, apesar de tudo o que é que se verificou? Houve uma baixa da receita da Derrama, houve uma baixa da receita do Imposto de Circulação. Houve um aumento da receita do IMI, houve aumento da receita do IMT e houve aumento da receita do IRS. Aumento da receita do IRS que naturalmente reflete também a política do Governo no que diz respeito às questões do IRS. Nós recebemos os 5% dessa receita global para compensar aquilo que um Governo há uns anos atrás e toda a gente sabe quem foi, introduziu alterações reduzindo as transferências do Estado para as Autarquias e propondo como fator de compensação a retenção do IRS, porque é isto que é preciso saber. Retirou de um lado e deu do outro, foi assim que aconteceu, nós não passamos a ter IRS, nós temos o IRS, porque nos retiraram uma outra parte da receita. E tanto que retiraram que ainda do ano passado para este ano a receita nas transferências do Estado diminuíram em um milhão e setecentos e cinquenta mil euros. A parte de transferências do Orçamento do



Estado para a Câmara foi reduzida em um milhão e setecentos e cinquenta mil euros. Essa tendência que é reflexo ainda dessa política e dessa tendência. Isto para dizer que a nossa receita é uma receita que no que diz respeito ao IMI, procuraremos continuar a fazer a descida, diminuindo a carga sobre os proprietários e naturalmente em particular, porque não são todos os proprietários, não são famílias individuais e casa própria, mas sobre esses teremos naturalmente uma particular preocupação em procurar reduzir a carga que daí resulta e faremos tudo com certeza com o vosso acordo nesse sentido.

Em relação às questões ligadas com as políticas sociais. Nós estamos sempre abertos a considerar no quadro das parcerias, na fortíssima parceria que aqui existe no âmbito do CLASA do Conselho Local de Ação Social e até nas relações bilaterais em ter em conta todas as propostas. Foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Social, foram criados mecanismos de acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Social, naturalmente que não basta aprovar planos e fazer a sua monitorização, também é preciso é executar e é sobretudo necessário viver as parcerias que lá estão presentes e com certeza que esse caminho é um caminho frutuoso, procuraremos desenvolver.

O Plano de Emergência Social foi de facto desse ponto de vista muito positivo, não resulta imediatamente do CLASA, mas vive do ambiente que se vive no CLASA e portanto a cooperação entre as várias entidades Câmara, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Segurança Social foi positiva e beneficia desse clima, assim como em relação a outras questões, designadamente às preocupações existentes em relação à saúde mental. Sabendo nós, e é preciso dizê-lo, que os problemas de saúde mental devem ser encarados como uma preocupação central em matéria de saúde, na qual é necessária uma intervenção e uma presença das próprias instituições responsáveis pelas políticas de saúde e o Serviço Nacional de Saúde, o SNS também, devendo-se adaptar às novas realidades e também no contexto de uma população cada vez mais envelhecida, onde os quadros de demência serão com certeza mais frequentes e esse é um fator e talvez o fator de maior peso em termos de saúde mental que não se pode alhear e pensar que depois isto fica tudo resolvido por questões de acompanhamento e de proximidade, porque a biologia é a biologia e a natureza é a natureza e inevitavelmente se temos muito mais gente com mais de oitenta anos, iremos ter muito mais gente com problemas cognitivos, de autonomia e de saúde mental e todos os dias por cada ano que a gente sobrevive a partir de certa idade esses problemas vão existir. E isso exige uma mobilização do Estado para além de todo o esforço solidário de acompanhamento e humanista que possamos e devemos ter, é necessário aqui uma grande presença também do Estado, mas nós cá estaremos também para fazer a nossa parte, não enjeitaremos a nossa responsabilidade.

As questões da mobilidade colocadas ontem. É verdade que em relação a um conjunto de atividades previstas nesse âmbito elas não se concretizaram ou concretizaram-se de uma



forma que não merecia relevância para o tratamento em termos do Relatório, para além daquilo que ali foi posto.

É do conhecimento geral que houve uma alteração das estruturas orgânicas da Câmara Municipal, que a Divisão associada à mobilidade passou a estar integrada no Departamento de Ambiente e também é verdade, por razões que são estranhas e que me perdoarão não estar aqui agora a referir, mas que tem a ver com aquilo que pode acontecer a qualquer um de nós, não foi possível que a Unidade Orgânica de Divisão de Mobilidade fosse dotada das condições, ou tivesse as condições integrais para poder executar na sequência e de uma forma sequencial aquilo que foram os projetos que inicialmente estavam assumidos. Mas isto não escondendo que as questões essenciais da mobilidade em Almada se passam e resultam de questões de ordem estruturante, na qual estamos empenhados e estamos a trabalhar, relacionadas com o novo quadro das responsabilidades das autarquias, no âmbito das questões do transporte público, com as questões de estacionamento como foram já motivo da nossa intervenção já em vários momentos e com os problemas do atravessamento da Cidade por um número elevadíssimo de veículos automóveis por razões que se prendem com as insuficiências do transporte público e também com os problemas que têm a ver com a organização geral da circulação no quadro da Área Metropolitana de Lisboa. Apesar de tudo e considerando que aquilo que são os rankings, valem aquilo que valem, é interessante que uma empresa Blumconsulting assim chamada, com um Sr. Diretor chamado Filipe Roquete, que não sei quem é, nos tenha informado que em 2016 no que diz respeito ao ranking nacional Almada estava em 2014 em 18º lugar, em 2016 está em 14º, subimos quatro lugares. No que diz respeito aos negócios estávamos em 2014, 20º, em 2016, 14º, subimos seis lugares. No que diz respeito a viver estávamos em 2014 em 14º, estamos em 2016, 11º. Dizem e é verdade, há muita coisa para fazer, estamos a fazer alguma coisa.”

6.1.1.6 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos hoje a analisar o relatório e conta de gerência da Câmara Municipal de Almada referentes a 2015.

Antes de nos debruçarmos sobre o objeto último da nossa análise, a atividade municipal durante o ano em referência, vale a pena perdermos algum tempo analisando o documento que nos é presente.

Como já foi referido em intervenções anteriores, é positivo que se mantenha uma estrutura estável e coerente ao longo do tempo e nos vários instrumentos de planeamento municipal: As Opções do Plano, Os Relatórios da Atividade Municipal e o Relatório e Conta de Gerência. Há toda a vantagem em continuar e aperfeiçoar esta metodologia.

Este momento da intervenção destina-se exatamente a contribuir para esse aperfeiçoamento.

Antes do mais uma constatação.



Estando as Opções do Plano organizadas em sete eixos e 207 linhas de atuação, que estão formuladas como objetivos a atingir durante o ano, o Relatório de Atividades apenas se debruça sobre 161 dessas linhas, esquecendo 22% dos objetivos projetados para o ano.

Significa isto que essas linhas não foram prosseguidas e os objetivos não foram atingidos?

Houve uma avaliação intercalar ao longo do ano e foram abandonados quase um quarto dos objetivos por não serem considerados importantes? Ou por serem inexecutáveis?

Ficam as interrogações à consideração do Sr. Presidente da Câmara.

Mas poderemos considerar que os restantes 78% dos objetivos foram atingidos?

Não. Para os objetivos não foram definidos descritores que permitissem aferir com objetividade a consecução dos mesmos em termos de eficácia, eficiência e qualidade.

Nem se manifesta a preocupação de verificar, nos casos em que há metas objetivas estabelecidas, se elas foram atingidas ou não e explicar os motivos dos desvios ocorridos.

Parece pois demonstrado que há um longo caminho a percorrer no planeamento e avaliação da atividade municipal, sendo entendimento do PS que uma prestação de contas sustentada e rigorosa é condição indispensável para o sedimentar de uma relação de confiança entre eleitos e eleitores.

Neste contexto e em rigor, o que se pode sustentar é que a execução do orçamento foi de 89,4%, não estando disponíveis os dados que nos permitam determinar qual o grau de concretização do Plano de Atividades.

A responsabilidade.

Passemos agora à atividade municipal propriamente dita.

As opções do plano para 2015 não mereceram, em devido tempo, o voto favorável do PS.

No debate então realizado, o PS referiu alguns aspetos positivos que, sublinhámos, mereciam o nosso apoio.

Um desses pontos era o Festival Sol da Caparica, uma das propostas constantes do Programa Eleitoral do PS para Almada que a maioria soube acolher e desenvolver. E esta sua opção obviamente fica-lhe em crédito como não pode deixar de ser.

O Sol da Caparica tem-se afirmado como um grande evento cultural, mas também turístico e económico, com um impacto muito significativo na economia da cidade da Costa da Caparica e do Concelho de Almada em geral.

Ao contrário do PSD, que desvaloriza a importância do Festival, o PS entende que o Festival Sol da Caparica, ao afirmar o nome e as potencialidades do Concelho, associadas a padrões de qualidade e inovação, é um exemplo da ambição que os socialistas projetam para o futuro de Almada.

A valorização das potencialidades da Costa da Caparica, associando o Festival Sol da Caparica ao Caparica Primavera Surf Fest e à valorização cultural e económica da Arte



Xávega, para além do Sol e Praia que são o seu produto tradicional. É um facto novo que merece destaque.

Quer isto dizer que na Costa está tudo? Claro que não, mas significa que os passos que foram dados são relevantes e são em sentido correto.

É esta ambição que o PS preconiza para todo o Concelho, encontrando para cada área as atividades âncora que permitam olhar mais longe.

Na área social, apesar dos avanços verificados, continuamos não só muito longe dos padrões desejáveis para um concelho que se deveria afirmar como amigo das famílias, como não se encontram explicitados com clareza, os objetivos e as metas temporais.

Assim acontece com a habitação social, com o apoio aos setores mais desfavorecidos da população e com a educação.

A falta de assunção de metas e compromissos é aliás transversal e abrange também a recuperação da rede viária, a requalificação urbana, e a valorização ambiental.

Mas a pedra de toque, a linha que tem separado os projetos autárquicos da COU e do PS é a política fiscal.

Temos defendido continuamente que o município deveria adotar, no que respeita ao IMI e ao IRS, uma política amiga das famílias e da economia local, contra cíclica, que poderia ter minorado o impacto da conjuntura depressiva que tem castigado os portugueses.

De acordo com os dados dos Censos 2011, que são aliás utilizados pelos serviços da Câmara no CD que a Câmara teve a amabilidade de distribuir com dados relacionados com o PDM, 70% da habitação é constituída por habitação própria. Uma descida mais rápida da taxa de IMI teria propiciado um acréscimo do rendimento disponível da maioria das famílias almadenses.

Os números relativos à arrecadação da receita vêm demonstrando que o PS tem razão.

Teimosamente a CDU veio arrastando essa descida do IMI e vem recusando a devolução de uma parte da receita de IRS que cabe às autarquias.

Neste contexto, para o PS, a opção que se afigura coerente com o percurso político e a evolução da conjuntura autárquica é a manutenção do voto de abstenção que já marcou a votação das opções do plano.

Representa a separação de águas que se impõe, associada a uma postura dialogante e construtiva que é apanágio do Partido Socialista.

De qualquer modo, neste aspeto quero assinalar com agrado a declaração do Sr. Presidente de Câmara que não deixou que a responsabilidade desta matéria fosse assacada aos serviços e assumiu-a como sendo responsabilidade dos decisores políticos municipais. Fica-lhe bem este gesto e ficar-lhe-ia ainda melhor se tirar as devidas ilações e promover as correções que se impõem.”

6.1.1.7 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não poderia deixar passar em claro aqui duas ou três observações que resultam da sua intervenção. Em primeiro lugar tal como já procurei transmitir há pouco, a avaliação do Plano de Atividades não é uma coisa que se remeta unicamente à contagem numérica daquilo que são as atividades e as linhas de orientação lá inscritas. Aliás teve o cuidado na sua intervenção de dizer que a reavaliação feita durante o exercício pode levar a que algumas linhas de orientação, atividades caiam e até que outras possam entretanto surgir. Em alguma medida foi o caso, isso que aconteceu, designadamente afirmou-se o Plano de Emergência Social por exemplo, que é um aspeto que se veio a concretizar e só o refiro por causa das questões ligadas à política social que referiu e assim como em relação a outras matérias também nessa área onde efetivamente a concretização não se deu este ano. Mas todos saudamos que o processo de realojamento na rua do Juncal que podíamos ter feito em novembro do ano passado e a parceria, e como uma atividade concretizada fizemo-la em fevereiro deste ano, mas com satisfação das famílias que iam fazer o seu realojamento e não num contexto de conflito e de incerteza, de mágoa como ali surgiu. Assim como nos permitiu que pudéssemos encarar um desenho de atividade e de aproximação em relação aos que habitam as Terras do Lelo e em relação àqueles que estão no 2º Torrão, completamente diferente da relação que tínhamos até agora. Ainda ontem assinamos um Protocolo com a Comissão de Moradores das Terras da Costa neste caso Terras do Lelo em relação ao fornecimento de energia elétrica, também era matéria que não constava do Plano de Atividades e que foi feito, assim como em relação aos habitantes do 2º Torrão está em curso o processo de recenseamento e também de estabelecimento de Protocolo em relação aos habitantes do 2º Torrão.

Há mais do que aquilo que está na leitura do Relatório e que traduz uma atividade intensa em relação a coisas novas, algumas das quais não estávamos inicialmente a contar com elas. Em relação ao ambiente não podemos deixar de reconhecer aquilo que também foi o reconhecimento internacional na nossa atividade, num quadro até podemos dizer mundial como inovadores no que diz respeito a formas de intervenção para intervenção para contenção daquilo que podem ser as ameaças resultantes das alterações climáticas nas áreas litorais, o Projeto ReDuna ou mesmo o Projeto relacionado com a Foz do Rego que não foi referido e se calhar não foi referido por ser evidentemente uma boa realização do nosso Município, mas que é necessário também sublinhar que as circunstâncias da sua realização também na sua total dimensão não era coisa que contássemos à partida.

A questão de todo o Projeto de Reabilitação da Estrada Florestal da Costa da Caparica à Fonte da Telha, também não estava no nosso projeto que entrasse em linha de conta e enfim ele está realizado, mas com certeza que não encontrarão aí no Relatório uma referência tão detalhada no quadro das linhas de atividade que no início do ano estava



proposto. Ter-se em conta que a nossa leitura do Relatório pesa a força das várias atividades, das linhas de orientação e também a capacidade do Município que é capaz de se posicionar para responder a novos desafios que lhe são colocados. Um imenso número no plano interno, não valorizamos, mas um elevado número de processos concursais, que os nossos serviços foram obrigados a fazer, seja para nos dotarmos de pessoal, seja no quadro de reconversão da nossa estrutura orgânica. Tudo isto absorve imensos recursos que foi necessário lançarmos e que naturalmente não teríamos que lançar num processo que fosse mais previsível num quadro político nacional que fosse diferente daquele com que temos enfrentado em que em 2012 temos uma estrutura orgânica para a qual somos obrigados a caminhar e depois em 2014 afinal pode ser diferente ou em 2015 exatamente, pode ser diferente. Tudo isto nós pensamos quando temos que assumir responsabilidades executivas e não poderia deixar de o referir, até porque o Sr. Deputado ma estimula para poder fazê-lo. Em relação às questões da política fiscal. Podemos divergir e divergiremos, mas há uma coisa que nós não podemos colocar em insegurança aquilo que é a nossa estabilidade financeira. Pensamos que é muito importante, já o disse ontem, podemos enfrentar o novo quadro comunitário dizendo, nós temos o dinheiro para poder ir a todas, ou seja, nós podemos ir a jogo em relação a tudo aquilo que nos propomos fazer. Tomara nós que todos os Municípios deste País estivessem nesta condição. E isto é de um imenso valor para os nossos Municípios, é de imenso valor para os nossos fornecedores que nos dizem quando os contratamos, até para o Sol da Caparica, mas vocês vão pagar e quando é que pagam? Esta pergunta está sempre presente. Vamos trabalhar convosco mas como é que é? E eles sabem, nós pagamos, está garantido. E aquilo que nós nos propusermos fazer, vamos fazer e vamos pagar e vamos realizar aquilo que nos propomos fazer com eles todos. Isso só é possível porque temos uma estrutura de contas que nos permite fazê-lo. Isto exige sacrifícios a todos os nossos Municípios, exige, somos os primeiros a dizer, exige. Se nós tivéssemos um IMT de 16 milhões de euros, como já houve num quadro de atividade económica diferente, tudo bem, mas ele subiu 1 milhão de euros ou 1 milhão e picos o ano passado. Fantástico, mas estamos nos 5 milhões que subiram para 6 milhões e picos. Estamos longe daquilo que já foi. Os recursos que temos são os recursos dos nossos Municípios. E convençam-se, quando a gente diz assim, o que estamos aqui é com responsabilidade de gerir os dinheiros, os recursos do património dos nossos Municípios, é deles e deles até pelo sacrifício que fazem para que estejamos dotados dos meios financeiros para trabalhar. Podemos gerir melhor, podemos gerir pior, discutir isso que discutiremos eternamente sobre essa matéria, mas a garantia de que precisamos de recursos para que o essencial da nossa vida municipal seja feita com coerência e com projeto, isso nós temos que garantir e não desistiremos de o procurar fazer. Respeitar aquela que é a confiança que em nós é depositada.



Obrigado aos nossos Municípes e obrigado aos nossos Deputados que os representam.”

6.1.1.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nesta fase da discussão nós entendemos colocar à Assembleia Municipal e aos Municípes e a todos os presentes que nós consideramos que o que estamos aqui a analisar é em função do que nos comprometemos a cumprir no Plano e Orçamento para 2015. E o que nos apraz dizer é que nós estamos a fazer a análise de realização de confrontos de programas eleitorais. Estamos a fazer a análise do que foi executado ou não, em função de um documento importante que foi aprovado em 2014 para 2015. E com todas as insuficiências que reiteramos que o Relatório tem e também nós gostaríamos de ter aqui outro tipo de informação e comparações, parece-nos que estamos todos a concluir que o grau de execução vai numa percentagem muito elevada, o que nos pode permitir dizer que em função do realizado e em função das explicações dadas, a CDU não tem outro caminho que não seja efetivamente a votação favorável do Relatório. Repetimos que nós estamos a analisar um Relatório de Execução de um documento que também a Assembleia aprovou e não outro tipo de projeções, outro tipo de compromissos, outro tipo de programas eleitorais que não estão aqui neste momento em debate o seu confronto. E a CDU regozija-se com o trabalho realizado, consideramos que é neste caminho de aprofundamento das insuficiências e das suas correções que vamos seguramente chegar ao fim do mandato com o nosso programa eleitoral cumprido.”

6.1.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Sr. Presidente disse e bem que a relação entre todos nós deve ser feita com frontalidade lealdade, eu acrescentaria também objetividade, e eu reconheço que o Sr. Presidente faz esse esforço e nesse tom e com esse espírito penso que também ajuda à dialética que seja na Assembleia, seja naquilo que é fundamental na construção dos caminhos que se fazem no Concelho, é importante que esse seja o ponto de partida para qualquer debate, para qualquer reflexão e para qualquer avaliação. E como dizia a Deputada Luísa Ramos e eu concordo, nós estamos a analisar a execução de 2015, se foi ou não foi em conformidade com aquilo que era expetativa do orçamento inicial, mas também e essa é também a avaliação qualitativa que nós entendemos que deve ser feito, se a execução podia ou não podia ter tido outro caminho, podia ou não ter gerado também outras opções no decurso dessa realização. E é essa avaliação que pensamos nós também neste momento deve ser feita porque também temos que lançar os futuros orçamentos, os futuros Relatórios, os futuros Plano de Atividades e as Grandes Opções da autarquia a médio e longo prazo. Porque Sr. Presidente com toda a frontalidade e lealdade também lhe digo, quando o Sr. Presidente diz que as autarquias têm meios limitados para atrair atividade económica, é verdade que não são elas as detentoras de



todos os instrumentos, mas aquilo que também é verdade é que no contexto da AML temos bons exemplos, como se consegue atrair atividade económica e com isso potenciar capacidade de intervenção da autarquia através de maiores meios financeiros. Já aqui disse várias vezes não vale a pena repetir, mas o exemplo que não vou quantificar, seja de Oeiras, seja de Cascais, são exemplos paradigmáticos e por exemplo Oeiras e também já o disse no Concelho Almada, só o facto de ter sete parques empresariais, qualquer deles maior do que o conjunto da realidade dos ninhos de empresas que existem em Almada, é um bom exemplo de como a autarquia pode, deve e tem que ser o motor da confiança e eu concordo com o Sr. Presidente, que se deve inculcar para os agentes económicos e para os potenciais investidores. Agora, aqui a questão é, concordando com as suas palavras, a autarquia tem que transmitir a confiança, lá está na avaliação que nós fazemos do exercício de 2015. É que nós não vimos instrumentos, nem vimos uma avaliação a um Relatório que nos permita perceber o que é que foi feito para transmitir essa confiança. Que instrumentos é que foram colocados em prática? Que resultados é que foram obtidos? O que é que isso beneficiou na atividade económica, empresarial e na capacidade de atrair riqueza e criação de valor no nosso Concelho? E portanto, essa é também uma avaliação objetiva e com lealdade eu lhe digo que a nossa avaliação é que nós não conseguimos ver isso no Relatório de Contas e no Relatório de Atividades da Autarquia 2015. Mas também, e confesso que todo o discurso que até aparece escrito no Relatório há vários anos é inconsistente até com a realidade, é que a autarquia podia queixar-se das opções e daquilo que foram as necessidades de ajustamento que o Estado português teve que fazer nos últimos quatro anos e meio. Isso é legítimo, faz parte da dialética que com frontalidade e objetividade faz parte dessa dialética político-partidária ou daquilo que é a visão da autarquia face às opções do Estado. Agora Sr. Presidente, não faz sentido seja nos documentos que aqui foram apresentados para a nossa avaliação, seja nalgumas intervenções que aqui foram produzidas, dizer que vivemos em crise económica quando em 2015 crescemos 1.5 no PIB, mais do que crescemos em 2014. Aliás, até para reflexão do Deputado Municipal Carlos Revés, que convido-o se calhar no final do ano a uma conversa, porque eu duvido muito que em 2016 consigamos crescer estes tais 1.5 que crescemos em 2015. E por isso, não só não vivemos em crise económica em 2015, como apesar de irmos ter um crescimento mais anímico também não vamos estar em crise económica em 2016. E portanto manda até a honestidade técnica e intelectual que não embarquemos em falta de objetividade em relação a estas análises porque nós também não vamos dizer em 2016 por crescermos 1.1 ou 1.2 estamos em crise, porque apesar de tudo crescemos. E isto é também um ponto que é essencial do ponto de vista de análise da execução no caso autárquico, mas também no contexto nacional. E por isso também dar esta nota, porque quando aqui foi dito e penso que foi pela Deputada Luísa Ramos, quando se queixa que o próprio Governo quando lançou o célebre FAM, foi retirar às autarquias verbas,



eu recordo-me que o PCP e bem, falava na criação do Fundo de Resolução dos Bancos, naquela lógica pensamos nós é fundamental haver um mutualismo em relação a sectores para que não seja o contribuinte a pagar em última instância os erros e as asneiras que determinados sectores produzem e que depois têm reflexo negativo na sociedade e nas autarquias, passa-se exatamente o mesmo, porque verdade seja dita, Almada é um bom exemplo, nós temo-lo referido do ponto de vista de gestão económico-financeiro, nunca colocámos isso em causa nos últimos anos. Agora aquilo que é verdade é que não é preciso ir muito longe, até na Península de Setúbal, para vermos maus exemplos que se calhar foram esses maus exemplos que contribuíram para a criação do FAM e para a necessidade de haver uma mutualização nas autarquias para gerar uma resposta a esses desequilíbrios económico-financeiros. E portanto pensamos nós que seria com objetividade e frontalidade e lealdade, mais interessante tentarmos não embandeirar com o discurso fácil de dizer que a culpa foi dos sucessivos Governo, esquecemos que em dado momento se calhar houve necessidades de emergência para tirarmos o Estado português de situações de pré-insolvência e em 40 anos foi a terceira vez que infelizmente foi necessário, mas sobretudo termos a humildade, a honestidade e objetividade de reconhecer que esses cenários nos condicionaram a todos. Não foi só a autarquia de Almada, mas há autarquias que conseguiram ser criativas na capacidade de gerar outro tipo de soluções. E por isso é que dizíamos ontem que olhar para o exercício de 2015 e ver como grandes obras a apresentar de execução o Teatro Municipal António Assunção que nós saudamos na intervenção que foi feita, o apoio à USALMA que nós saudamos pelo mérito da sua atividade, ou a questão do apoio ao Raposense que nós saudamos pela sua mais valia associativa. Nós entendemos que é muito pouco num orçamento de despesa que anda a rondar os 80 milhões de euros, achamos que é muito pouco, que a autarquia podia fazer mais, podia fazer diferente, podia ai sim incutir mais confiança para gerar melhor qualidade de vida, mais vida comunitária, maior capacidade de ter mais atividade económica e maiores razões de desenvolvimento, porque o Sr. Presidente também dizia em dada altura que há territórios que, veja-se lá a propriedade nem é de eventuais promotores. O problema é que há propriedade que não está sobre essa alçada da esfera do Estado, mas que a própria autarquia também não conseguiu gerar soluções, não é preciso também pensar muito, a Quinta do Almaraz, veja-se também a Frente Ribeirinha, muitas das áreas da Costa da Caparica que muitas das vezes se acena com responsabilidades governamentais, nós também não nos podemos esquecer que há intervenções que são da responsabilidade da Câmara que também não foram feitas. E portanto, era fundamental que nesta altura com objetividade e lealdade pudéssemos também assumir que houve autarquias que conseguiram e Almada não conseguiu e que em 40 anos do mesmo Poder Local Democrático, que foi democraticamente escolhido, ninguém também põe isso em causa, continuam a haver demasiados problemas que não são explicáveis pela



lógica governamental, pela lógica fantasiosa da crise económica ou por algum problema que coarta a autarquia de agir mais e agir diferente. E é por não agir diferente e melhor que nós não temos apoiado esta execução, este caminho e estas opções, mas fazemos com frontalidade e objetividade e com a mesma disponibilidade hoje, no passado e no futuro para continuar a apresentar propostas diferentes que ajudem mesmo que não tenhamos a responsabilidade de governar, a contribuir com ideias que pelo menos estimulem uma nova visão de desenvolvimento que a autarquia e pelo menos o atual executivo até às próximas eleições possa ainda fazer diferente e melhor. E nós estamos aqui para ajudar a que assim seja.”

6.1.1.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu creio que nós i temos que repor um bocadinho a verdade Sr. Deputado Nuno Matias, é que há grandes diferenças entre encerrar unidades industriais e manter os terrenos abandonados sem donos conhecidos e investir por exemplo no Tagus parque com dinheiros públicos, os mesmos Governos. E também é capaz de haver muitos autarcas e muitas autarquias criativos, alguns deles até foram baixar a criatividade para a prisão da Carregueira. Consideramos que a nossa criatividade é posta ao serviço dos Municípes, mas respeitando exatamente os pressupostos do interesse público e não o interesse dos privados.”

6.1.1.11 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu confesso que a esta hora e dado o adiantado da discussão já não pensava intervir neste debate, mas a repetição dos discurso de ontem do Sr. Deputado do PSD Nuno Matias, leva-me a fazer esta intervenção. Eu confesso que não consigo perceber a dificuldade de uma pessoa com tanta capacidade criativa e discursiva que fala da forma que o Sr. Deputado Nuno Matias falou. Não consegue ler números tão claros e tão evidentes que estão no documento que lhe foi distribuído, não consigo entender, mas é uma dificuldade certamente minha. Mas eu vou tentar ajudá-lo.

Nas páginas 219; 220; 221; 222 e 223 do documento que foi distribuído a todos nós, estão estes números e passo a citar “relativamente à Proteção Civil o ano 2015 a CMA investiu 945 mil euros”; relativamente à educação, apenas no que diz respeito a intervenções no “Parque Escolar no ano de 2015 a Câmara investiu 5 milhões de euros, no mesmo ano de 2015 a Câmara investiu no Fundo Social Escolar 3 milhões e 600 mil euros; 1 milhão e 900 mil euros de apoio alimentar; 1 milhão e 300 mil euros no prolongamento do horário escolar; 150 mil euros nas AEC - Atividades Extracurriculares; 309 mil euros em transportes escolares; 119 mil euros na Pasta Escolar”, Aliás a Pasta Escolar um exemplo que ao que parece vai ser seguido ao nível nacional pelo Governo atual, vai oferecer gratuitamente os livros aos alunos do 1º ano do 1º Ciclo. E há mais nestas páginas que eu citei.



Em Habitação, que o Sr. Deputado Nuno Matias ontem disse que a Câmara tinha investido uma ridicularia, que eu não me lembro qual foi, está no documento “669 mil euros em recuperação e conversão habitacional; no ordenamento do território está 1,88 milhões de euros, dos quais 1,1 milhões para requalificação urbana”. Parece que também o Sr. Deputado não conseguiu ver.

Depois falou dos projetos ambientais e do clima, 421 mil euros, e achou um exagero, achou isso uma coisa brutal. O Projeto ReDuna foi apresentado em Parias, na COP 21 como um dos modelos a nível mundial e assim como as hortas municipais da Quinta do Texugo. Foram os dois projetos que estiveram em Paris. Houve vinte projetos mundiais que estiveram lá, mas o Sr. Deputado Municipal não conseguiu ver no mesmo documento que a valorização do património natural teve um investimento de 2,1 milhões de euros em 2015, não conseguiu ver. E já não falo da Cultura e do Desporto, porque a Cultura e o Desporto para o Sr. Deputado Nuno Matias não conta, mas de qualquer forma digo-lhe, Cultura 3,2 milhões de euros; Desporto 2,7 milhões de euros, dos quais destes em apoios diretos às Coletividades em 888 mil euros e 561 de apoio ao Movimento Associativo e Social, e no total Sr. Deputado Nuno Matias só nestas áreas foram 22 milhões 113 mil euros. Enfim, não sei se consegui esclarece-lo.”

6.1.1.12 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou ser breve. Há alguns sofismas na oratória, a gente diz assim, nós poderíamos seguir outro caminho, é evidente que podemos sempre seguir outro caminho, isto é daquelas coisas que ficamos surpreendidos, mas só enriquece a oratória, mas do ponto de vista substancial sabe perfeitamente isto tem pouco valor. Ao dizermos os outros conseguem e nós não conseguimos, isso é aquela coisa que serve para aplicação em todas e mais variadas circunstâncias. Saberá perfeitamente que isso, porquê, porque ilude uma coisa que é fundamental, que é a escolha. Os eleitores escolhem, escolhem um projeto e escolhem pessoas que aqui vêm dar a condução desse projeto. E ao fazer essa escolha, naturalmente não estão a fazer outras, não estão a fazer outras escolhas e aquilo que nos dá satisfação, e aquilo que nós aqui queremos trazer, é dizer que no caminho que nos foi proposto seguir, não estando fechado às opiniões dos outros, nós prosseguimos esse caminho e aquilo que foi o nosso programa, projeto que foi apresentado no seu essencial. E volto da dizer-lo, sem estar fechado às opiniões de outros, no essencial tem estado a ser cumprido. E era isto que gostava de dizer.

Nós podíamos eventualmente ter condescendido com alguns projetos empresariais que prejudicavam ou punham em risco o nosso ambiente, não o fizemos, não contem conosco para isso e temos algumas coisas que sabem que existem e com as quais nós não contemporizamos. E naturalmente temos que fazer escolhas porque como toda a gente sabe



os recursos são limitados. Por isso temos contas equilibradas volto a dizer, mas não nadamos em dinheiro e temos que fazer opções e nas nossas opções procuramos aplica-lo da melhor maneira possível aproveitando todas as oportunidades.

Nós estivemos neste já, como estivemos no anterior Governo com o Sr. Secretário de Estado da Indústria em relação a projetos concretos para desenvolver. Nós estivemos lá, estivemos lá com os promotores, nós estivemos lá com os agentes das ideias e portanto todas as oportunidades nós procuramos fazer com que sejam aproveitadas. Preocupa-nos por exemplo, preocupa-nos muito uma situação de fragilidade que se arrasta em relação ao Madan Parque, por exemplo. E pensamos que aquilo que aconteceu e que está na origem da fragilidade do Madan Parque devia ser assumida como responsabilidade do Governo. Porque o Projeto do Madan Parque também precisava de ter um suporte financeiro que era construído na altura com o projeto da IMPORDEF, que não se concretizando deixou o Madan Parque numa situação de fragilidade. E nós não olhamos só para a frente, nós estamos a olhar para aquilo que vem de trás, que é o histórico e que procuramos resolver. Por isso é que temos alguma dificuldade às vezes em acompanha aqueles que legitimamente mas estando às vezes mais afastados das coisas ou esquecendo as coisas, enfim agora não quero fazer nenhum juízo de valor de outra natureza mais negativa, podem não ter o mesmo enfoque sobre os problemas. Mas, por exemplo nós vimos que a Professora Elvira Fortunato está selecionada, é Consultora do Conselho Europeu para as questões da Ciência e Tecnologia e o seu Projeto e o Projeto da Faculdade de Ciências foi selecionado como candidato para um grande prémio europeu. Orgulha-nos muito, mas ao mesmo tempo aumenta a nossa preocupação sobre a sustentabilidade, e por isso o esforço que aqui foi feito para entendimento sobre a proposta que avançaram, mesmo que a proposta viesse numa linguagem muito difícil de entender e que mereceu reparos de vária natureza, mas que podendo ser entendida como aproximação a esta realidade mereceu, e saúdo o esforço que foi feito para que essa moção tivesse sido aprovada. Mas para dizer que de facto podíamos escolher, mas acho que temos escolhido bem, que temos sido fiéis àqueles que também querem trabalhar connosco e mesmo àqueles que naturalmente tendo outra opinião, querendo seguir outros caminhos em tudo aquilo que queiram ajudar e contribuir nós também cá estamos, até porque as opiniões diferentes também nos servem pelo menos para fazer refletir. Mas dizemos, sentimo-nos muito confortáveis com o caminho que prossequimos e sentimos que podendo haver eventualmente outros caminhos acho que estamos a corresponder ao caminho pelo qual fomos escolhidos para estar aqui assumindo essas responsabilidades.”

6.1.1.13 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente só dar nota que eu concordo com o Sr. Presidente em relação à Cidade do Conhecimento e do Saber, e deu um bom exemplo disso. O problema é que se gera ali



inovação, saber e conhecimento e à volta não existe um polo empresarial para desenvolver essa mesma capacidade criativa.

Mas também dizer ao Deputado João Geraldês que folgo em saber que continua a acompanhar essas verbas de investimento da autarquia que não é de agora, é de há muito, verbas correntes de intervenção municipal que esta autarquia ou qualquer outra têm obrigação de cumprir, mas essa é o cerne da atividade municipal que não se afasta daquilo que são as obrigações legais, nalguns casos. E falou há pouco até no apoio alimentar e no transporte escolar que como sabe em parte até é financiado a nível central, E folgo em saber é que ao fim de três dias de debate, apesar de tudo, não houve a contradição de dizer, aquilo que nós destacamos é que por exemplo na questão da competitividade apesar de se anunciar 1.3 milhões de euros, na realidade aquilo que ali está é o Festival Sol da Caparica que nós não rejeitamos como sendo útil para divulgar Almada, mas é muito longe daquilo que era a ambição para atrair competitividade para o nosso Concelho.”

6.1.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas N^{os} 167/XI-3^o e 168/XI-3^o:

6.1.2.1 - A Proposta N^o 167/XI-3^o foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor (de eleitos da CDU e Ind.), quatro votos contra (de eleitos do PSD) e treze abstenções (de eleitos do PS, do BE, do CDS-PP e do PAN), através das seguintes deliberações:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do n^o 2, do artigo 25^o, do Anexo I à Lei n^o 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Atividades do Município referente ao exercício de 2015, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do n^o 2, do artigo 25^o, Anexo I à Lei n^o 75/2013, de 12 de setembro, apreciou o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e aprovou a Conta de Gerência do Município referentes ao ano de 2015, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

6.1.2.2 - A Proposta N^o 168/XI-3^o, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, do BE e Ind.), quatro votos contra (de eleitos do PSD) e onze abstenções (de eleitos do PS, do CDS-PP e do PAN), através das seguintes deliberações:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do n^o 2, do artigo 25^o, do Anexo I à Lei n^o 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS referente ao exercício do ano de 2015, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.



Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apreciou o Inventário Patrimonial e aprovou a Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS, referente ao ano de 2015, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

6.2 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 169/XI-3º e 170/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 20/04/2016, sobre “Primeira Revisão Orçamental do Município” e “Primeira Revisão Orçamental dos SMAS”, (Conforme Anexos XVII e XVIII).

6.2.1 - Para apresentação das referidas Propostas usaram da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Presidente do C.A. dos SMAS e Vereador Sr. José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta matéria na sua principal dimensão já esteve em consideração aquando da sua discussão e deliberação sobre o Orçamento Municipal para 2016. Logo nessa altura foi dito que o orçamento seria objeto de uma revisão a partir do momento em que pudéssemos dispor do saldo de gerência do ano 2015, o que sucederia com a aprovação das contas desse ano. Foi o que acabámos de fazer e trata-se de serem dotadas as verbas que se encontravam insuficientemente dotadas, mas que previsivelmente teriam que ser objeto de revisão.

Numa avaliação mais precisa no final de março, aquilo que considerávamos ser um processo de revisão que no caso da Câmara Municipal rondasse os 15 milhões de euros, aliás no conjunto das verbas a definir do Orçamento Municipal que esteve em consideração verificámos a necessidade de promover um reforço um pouco mais dilatado justamente por forma a que as dotações para as rubricas que se prendem com os programas comunitários pudessem estar plenamente dotadas.

E fundamentalmente é isso que acontece. A revisão envolve um valor de 17 milhões de euros, 17 milhões 246 mil e 86 euros e 43 cêntimos, que se somam ao orçamento que estava aprovado de cerca de 80 milhões de euros, passando a termos um orçamento de 97 milhões de euros. Tendo em conta que o nosso saldo de gerência foi de cerca de 35 milhões de euros, estamos perfeitamente confortáveis com a dotação que agora se faz.”

6.2.1.2 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A nossa proposta de revisão visa usar a parte do saldo de gerência que foi de 6,4 milhões de euros e estava a definir 6 milhões de euros, é esse o objetivo tendo em vista todo o



plano de trabalhos que temos em curso e o reforço substancial é naturalmente na área do investimento.”

6.2.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas N^{os} 169/XI-3^o e 170/XI-3^o:

6.2.2.1 - A Proposta N^o 169/XI-3^o, foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor (de eleitos da CDU e Ind.), quatro votos contra (de eleitos do PSD) e catorze abstenções (de eleitos do PS, do BE, do CDS-PP e do PAN), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos da alínea a), do n^o 1, do art.^o 25^o, da Lei n^o 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Primeira Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2016, do Município, que totaliza o valor de 17.246.086,43€ (dezassete milhões duzentos e quarenta e seis mil e oitenta seis euros e quarenta e três cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

6.2.2.2 - A Proposta N^o 170/XI-3^o, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, do BE e Ind.), quatro votos contra (de eleitos do PSD) e doze abstenções (de eleitos do PS, do CDS-PP e do PAN), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos da alínea a), do n^o 1, do art.^o 25^o, da Lei n^o 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Primeira Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2016, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que totaliza o valor de 6.000.000,00€ (seis milhões de euros), nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

6.3 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação da Proposta N^o 171/XI-3^o, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20/04/2016, sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal 2016”, (**Conforme Anexo XIX**).

6.3.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No decurso da gestão do nosso Mapa de Pessoal, tendo presente também as indicações do atual orçamento de Estado e a reflexão que tem sido feita relativamente às necessidades dos serviços, identificou-se como útil que usássemos o mapa, a dotação global do Mapa de Pessoal já aprovado, os 1891 lugares que estão no atual Mapa de Pessoal e fizéssemos alguma adaptação relativamente a alguns desses postos, no sentido de corresponder àquelas que são as maiores prioridades identificadas pelos serviços.

A proposta que aqui está é uma proposta que mantém o número global de postos de trabalho e que usa a folga entre esse número e o número de postos preenchidos. Ou seja,



os 103 lugares que não estavam preenchidos, que não estão preenchidos neste momento, acrescentando apenas três postos de trabalho em três áreas que se identificaram como muito prioritárias. É uma proposta que visa acima de tudo permitir-nos se aprovada, podermos preencher estes postos que já estavam devidamente identificados com as adaptações que resultaram da reflexão interna feita na Câmara Municipal. Não estamos a crescer em número de lugares, estamos a usar a possibilidade de preencher os que já estavam identificados.”

6.3.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 171/XI-3º, que foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, do BE e do PAN) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, do PSD, do CDS-PP e Ind), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, aprovou em reunião plenária realizada no dia 26 de novembro de 2015 o Mapa de Pessoal para 2016, com a previsão dos recursos humanos necessários à prossecução dos objetivos e estratégias de desenvolvimento sustentável, solidário e eco-eficiente e de prestação de serviço público às populações com qualidade e eficiência.

Entretanto são apresentadas pelos serviços municipais necessidades de reforço das equipas, face à exigência imperiosa de cumprimento do Plano de Atividades impondo-se atender ao que se considera mais urgente das necessidades apresentadas, obrigando assim a uma alteração nos postos de trabalho de Carreira Técnica Superior.

É assim proposto pela Câmara Municipal:

- a. Eliminação de quatro postos de trabalho nas áreas de atividade de Arquitetura Paisagística, Ciências Sociais e Humanas, Engenharia Química e Higiene e Saúde Alimentar, um posto de trabalho em cada área respetivamente;**
- b. Criação de dois postos de trabalho na área de atividade de Engenharia Civil, um posto de trabalho em Arquitetura e um posto de trabalho em Direito.**

Considerando também que a proposta apresentada mantém os 1891 postos de trabalho no mapa de pessoal, dos quais se encontram preenchidos 1718.

Nestes termos e ao abrigo do disposto na alínea o), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, na alínea a), do nº 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e no artigo 29º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a Assembleia Municipal de Almada aprova a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2016 dos Serviços Municipais, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

6.4 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 172/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20/04/2016, sobre



“Redução de Tarifas na prestação de serviços de fornecimento de água de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos”, (**Conforme Anexo XX**).

6.4.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É uma proposta que visa alargar o número de famílias carenciadas com isenção de tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

Como é do conhecimento dos Srs. Deputados nós temos uma prática de verificação das condições de cada um dos agregados familiares que solicitem este reconhecimento de debilidade económica, de carência económica, mas essa ponderação tem sido feita nos últimos anos tendo por base a indicação de metade do salário mínimo nacional per capita do agregado familiar. E o que se traz hoje como proposta, é usarmos o indicador nacional que naturalmente sendo de valor superior nos permite ter a expectativa de que maior número de famílias possa aceder a este conjunto de isenções.

A novidade está no facto de uma vez só a proposta identificar a necessidade de alteração a dois Regulamentos Municipais que está identificado e que são o Regulamento das Águas e das Águas Residuais, o Regulamento dos Resíduos Sólidos Urbanos.

O que se propõe é que seja usada a mesma redação e a mesma intenção e com a aprovação da nossa Assembleia Municipal passaremos a ter esta prática e certamente teremos um maior número de agregados familiares com a isenção imediata de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.”

6.4.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 172/XI-3º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que nos últimos quatro anos em particular, aumentou significativamente o número de consumidores que, por insuficiência económica não conseguem pagar regularmente os serviços que lhes são prestados, impondo encontrar soluções que atendam não ser aceitável que as situações de incumprimento se multipliquem ou perdurem, mas também não ser aceitável interromper o abastecimento de água tendo presente a sua importância determinante para a vida das famílias.

É neste contexto que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e a Câmara Municipal submetem à Assembleia Municipal a proposta de alargamento da aplicação do artigo 65º, nº 1, do Regulamento de Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais de Almada (RAASAR) para que mais famílias - as que não podem pagar regularmente os serviços prestados por debilidade económica - possam beneficiar da



isenção prevista naquela disposição regulamentar (isenção de tarifas fixas e das variáveis até 5m³), desde que os respetivos rendimentos ilíquidos per capita não ultrapassem o valor do indexante dos apoios sociais (IAS - €419,22).

A solução proposta permitirá regularizar a situação das referidas famílias, permitindo assim também exigir o pagamento de faturas em dívida das outras, sem se cometer arbitrariedades ou de ofender o direito de acesso à água e à salubridade.

Acresce que o presente alargamento a mais famílias da aplicação do estipulado no n.º 1, do artigo 65.º, do RAASAR não põe em risco o equilíbrio orçamental dos SMAS, o mesmo acontecendo com idêntica alteração do artigo 45.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos não apresenta risco de equilíbrio para o orçamento do Município de Almada.

Nestes termos e ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal de “Redução de Tarifas de Prestação de Serviços de Fornecimento de Água, de Recolha e Tratamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos”, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016, através da alteração dos respetivos Regulamentos Municipais que para tanto passam a ter a seguinte redação:

1 - Regulamento de Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais (RAASAR), publicado no D.R. 2.ª Série, de 6.1.2012 (aviso n.º 234/2012):

Art.º 65.º, n.º 1 - “Os utilizadores domésticos que se encontrem em situação de carência económica - presumindo-se como tal a posse de um rendimento per capita por adulto equivalente igual ou inferior ao valor do indexante dos apoios sociais - gozam do direito à isenção das tarifas fixas que seriam exigíveis pela prestação dos serviços de águas e não lhes são aplicadas as tarifas variáveis até ao consumo de 5m³ mensais”;

2 - Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos (RRU), publicado no D.R. n.º 19, 2.ª série, de 28.1.2016:

Art.º 45.º-1, a) - “Utilizadores domésticos que se encontrem em situação de carência económica, presumindo-se como tal a posse de um rendimento per capita por adulto equivalente igual ou inferior ao valor indexante dos apoios sociais”.

6.5 - Entrou-se no ponto 3.6 da agenda com a apreciação e votação da Proposta N.º 173/XI-3.º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20/04/2016, sobre “Designação dos Membros do Júri para Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Chefe de Divisão de Pessoal dos SMAS”, (Conforme Anexo XXI).

6.5.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma proposta no seguimento de outras que temos trazido à nossa Assembleia Municipal, no sentido de se promover o concurso de provimento para o cargo de Chefias de Chefe de Divisão de Pessoal, nos Serviços Municipalizados. É condição que seja aprovado o Júri desse concurso na nossa Assembleia Municipal. Com a posição que aqui trazemos é de que o Presidente do Júri seja o Diretor Delegado dos SMAS de Almada, Engenheiro Carlos Sousa; o 1º Vogal efetivo, o Engenheiro Paulo Casimiro, Chefe de Divisão e Controlo da Qualidade da água dos Serviços Municipalizados; o 2º Vogal efetivo, o Doutor Ricardo Santos, Técnico Superior Jurista da Câmara Municipal do Barreiro; 1º Vogal suplente, o Engenheiro Joaquim Fonseca, Chefe de Equipa Multidisciplinar dos Serviços Municipalizados e 2º Vogal suplente, Doutor Júlio Espalha, Chefe de Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada.

Cumpra a nossa prática e os requisitos legais de ter sempre alguém de fora da instituição que está a promover o concurso.”

6.5.2 - No debate usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

6.5.2.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma questão que tem a ver com o método de votação. Em momentos anteriores quando se tratou de votar listas nominais naquilo que se entendeu ser norma aplicável, utilizou-se a votação secreta. É intenção agora não utilizar esse método? E qual a razão da alteração de procedimentos?”

6.5.2.2 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

A crítica para a Mesa que a aceita plenamente. Vamos continuar o debate e vamos preparar as coisas para fazer o documento de voto para Sim, Não ou Abstenção. Já vamos tratar disso.”

6.5.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 173/XI-3º, por voto secreto.

6.5.4 - Procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.

6.5.5 - Findas as votações os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.

6.5.6 - O Presidente anunciou o resultado, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se Vinte (20) votos Sim, quatro (4) votos Não, seis (6) Abstenções e sete (7) Brancos, sendo publicitado como texto da deliberação seguinte:

Deliberação



Encontrando-se o Cargo de Chefe de Divisão de Pessoal dos SMAS em regime de substituição torna-se necessário proceder à abertura de Concurso de Provimento do titular efetivo do cargo.

Considerando o Regulamento de Organização dos SMAS e respetiva estrutura orgânica, publicados no D.R., 2ª Série, de 26 de março de 2015.

Pelo que nos termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto e do artigo 25º, nº 2, alínea k), do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20 de abril de 2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, o seguinte júri:

Presidente do Júri - Carlos Manuel Cavaco Sousa (Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada)

1º Vogal Efetivo - Paulo Jorge Nico Casimiro (Chefe de Divisão de Controlo da Qualidade da Água dos Serviços Municipalizados de Água e saneamento de Almada)

2º Vogal Efetivo - Ricardo Miguel Medeiros dos Santos (Técnico Superior, Jurista, Câmara Municipal do Barreiro)

1º Vogal Suplente - Joaquim Teixeira Fonseca (Chefe de Equipa Multidisciplinar do Gabinete de Planeamento e Sistemas de Gestão e Inovação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada)

2º Vogal Suplente - Júlio Miguel Ávila Sarmento Espalha (Chefe de Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada)

6.6 - Entrou-se no ponto 3.7 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N.ºs 174/XI-3º e 175/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 20/04/2016, sobre “Relatório de Monitorização da ARU da Trafaria” e “Relatório de Monitorização da ARU de Almada”, (**Conforme Anexos XXII e XXIII**).

6.6.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.6.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Srs. Deputados, como é do vosso conhecimento, os processos de reabilitação por via da dinamização das áreas urbanas, das áreas de reabilitação urbana ARU, tem sido um processo com êxito do nosso Concelho e aquilo que se traz à apreciação são as propostas relativas aos Relatórios, um de Reabilitação Urbana e Dinamização da Área Urbana Consolidada de ARU da Trafaria e o outro ARU de Almada.



Sublinhar que o investimento dos proprietários na reabilitação de edifícios no caso de Almada atingiu os 2 milhões 878 mil 717 euros e no caso da Trafaria onde se verifica um assinalável sucesso, foi de 1 milhão 277 mil 202 euros e 41 cêntimos. Os elementos que constam dos Relatórios estão à vossa disposição e penso que estaremos em condições de fazer o debate e depois a votação.”

6.6.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas N^{os} 174/XI-3^o e 175/XI-3^o:

6.6.2.1 - A Proposta N^o 174/XI-3^o, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

A criação da ARU da Trafaria, em 19 de dezembro de 2011, publicitada pelo Edital n^o 33/X-3^o, tal como as demais áreas de reabilitação urbana, teve em consideração os objetivos estratégicos inscritos no Plano Diretor Municipal assim como as linhas de orientação definidas pelos órgãos do Município de “incremento da reabilitação urbana” e de “valorização dos núcleos históricos”, a requalificação dos territórios e a criação de novas dinâmicas económicas, sociais e culturais.

A operação na Trafaria tem como objetivo incentivar a reabilitação dos edifícios que se encontrem degradados ou funcionalmente inadequados, melhorando as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados e garantindo a proteção, promoção e valorização do património cultural.

O Relatório de Monitorização submetido pela Câmara Municipal para a apreciação da Assembleia Municipal é o quarto relatório da vigência da operação de reabilitação e dá conta do exercício de gestão, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades.

Quanto aos aspetos quantitativos, destaca-se:

- São 407 os edifícios no perímetro da área da operação
- Foram contactados pelos serviços municipais 203 proprietários, realizadas 102 entrevistas com proprietários e realizadas 68 vistorias prévias
- Foram 23 as candidaturas aprovadas, acompanhadas 13 e concluídas 10
- O investimento dos proprietários na reabilitação foi de 1.277.202,41 € e a subvenção camarária a fundo perdido foi de 92.498,14 €
- Foram 66 o total de fogos intervencionados, 23 dos quais eram fogos devolutos

Afirma o Relatório em nota conclusiva que também na ARU da Trafaria os fatores de maior relevância na dificuldade de adesão dos proprietários ao programa se devem à quase impossibilidade de recurso ao crédito que quando é viabilizado comporta juros e spreads inoportáveis; a conjuntura económica que se vive no país a que se junta uma



menor capacidade de investimento por parte dos proprietários, assim como a incerteza no futuro que gera uma natural retração ao investimento face à expectativa de retorno.

Os aspetos ligados aos incentivos financeiros e fiscais aliados a uma efetiva desburocratização dos processos têm permitido em muitos casos ultrapassar estas dificuldades e são muitas vezes suficientes para motivar os proprietários.

A desburocratização dos processos que permite a aprovação de uma obra muito rapidamente tem-se demonstrado, em muitos casos, o fator determinante para a captação de investimentos.

Os incentivos financeiros e fiscais são igualmente uma importante alavanca para a adesão ao programa.

No entanto na ARU da Trafaria tem-se verificado uma evidente capacidade de captação do investimento externo e interno muito fruto da atitude proactiva dos serviços municipais na procura e incentivo a potenciais interessados.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, aditado ao Decreto-Lei nº 307/09, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, e da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar:

O Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria, relativo ao quarto ano de vigência, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

6.6.2.2 - A Proposta Nº 175/XI-3º, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que a Câmara Municipal em cumprimento da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, artigo 20º-A, nº 1, apresenta à consideração da Assembleia Municipal o Relatório de Monitorização de Operação Simples de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada referente ao quarto ano de operação de reabilitação em curso.

A Lei nº 32/2012, aprovou medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana, procedeu à alteração do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico de reabilitação urbana.

O Relatório em apreço dá conta do exercício de gestão da Área de Reabilitação de Almada, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades, sendo de destacar nos aspetos quantitativos:

- A existência na área de 505 edifícios
- O contato por iniciativa dos serviços municipais de 105 proprietários
- A realização de 90 entrevistas com proprietários
- A realização de 65 vistorias prévias



- A existência de 12 candidaturas iniciadas ou concluídas
- As 18 candidaturas aprovadas, estando 15 obras a decorrer e 10 obras concluídas
- O investimento de 2.878.717,19 € dos proprietários na reabilitação e da subvenção camarária de 117.281,85 € a fundo perdido
- O total de 67 fogos intervencionados dos quais 30 estavam devolutos

Regista ainda o Relatório que na atual conjuntura, particularmente difícil quer para o sector público quer para o privado dificilmente se poderiam ambicionar melhores resultados, atentos às dificuldades económicas, financeiras e conjunturais.

Dos fatores que mais relevância têm na dificuldade dos proprietários em aderir ao programa, é de destacar três: a quase impossibilidade de recurso ao crédito que quando é viabilizado comporta juros e spreads incomportáveis; a conjuntura económica que se vive no país a que se junta uma menor capacidade de investimento por parte dos proprietários e a incerteza no futuro que gera uma natural retração ao investimento face à expectativa de retorno.

Os aspetos ligados aos incentivos financeiros e fiscais aliados a uma efetiva desburocratização dos processos têm permitido em muitos casos ultrapassar estas dificuldades e são muitas vezes suficientes para interessar os proprietários.

A atitude proactiva dos serviços municipais e a desburocratização dos processos que permite a aprovação de uma obra muito rapidamente tem-se demonstrado, em muitos casos, o fator determinante para a captação de investimentos.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, aditado ao Decreto-Lei nº 307/09, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, e da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar:

O Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples de Almada, relativo ao quarto ano de vigência, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

6.7 - Entrou-se no ponto 3.8 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 176/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20/04/2016, sobre “Aquisição da antiga garagem de camionetas da Empresa de Camionagem Piedense, Lda, sita na avenida D. Afonso Henriques, em Almada e quarteirão em frente aos barcos e ao Presídio da Trafaria”, **(Conforme Anexo XXIV)**.

6.7.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.7.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Trata-se de deliberar sobre a aquisição de um conjunto de imóveis situados num caso em Almada, naquele imóvel que corresponde à garagem da antiga empresa de Camionagem Piedense. Um imóvel que liga a avenida Afonso Henriques com a rua de Olivença. É um imóvel que esteve durante muito tempo alugado a uma empresa e subalugado à Câmara Municipal que o utilizou como parque de estacionamento, por um valor de cerca de 4 mil euros mês sensivelmente, durante alguns anos e que surgiu como possibilidade de poder contribuir para a requalificação que pretendemos fazer da zona do Mercado de Almada e do espaço envolvente, designadamente da rua de Olivença. Para além daquilo que seja os usos futuros do espaço da garagem, o que está ali em causa de uma forma imediata era a possibilidade de poder servir como estrutura de acolhimento para os operadores do Mercado de Almada durante o período de intervenção naquele espaço. Todos compreendem a importância da requalificação desta área, aliás na mesma linha daquilo que foi feito em relação à rua Cândido dos Reis, em Cacilhas, tendo em conta que ela é um elemento importante de ligação da área central de Almada, do eixo em particular da Praça do MFA com a chamada Almada Velha, hoje zona privilegiada em termos de projeto de desenvolvimento turístico pela sua relação com toda essa linha de atividade que está reconhecida e está requalificada também no Plano Regional de Turismo. Surgindo a possibilidade de esse espaço vir à nossa posse, tomámos a iniciativa de contactar o proprietário com esse objetivo. Também é do conhecimento de todos que desde há muito temos manifestado a nossa profunda preocupação pela evolução do contexto urbanístico na Trafaria e consideramos que o potencial já existente relacionado com o Presídio da Trafaria que estamos também em processo de reabilitação, aliás no início de junho vai-se lá desenvolver uma iniciativa aproveitando a requalificação da Capela e o Jardim, numa primeira iniciativa. Entendemos que também uma garagem de uma empresa Piedense de Camionagem que está junto ao Presídio e o espaço envolvente com alguns edifícios poderiam servir e servirão para a qualificação de toda aquela área que hoje se vai tornando a porta de entrada do nosso Concelho, sobretudo pela acessibilidade fluvial que permite quer à Trafaria, quer a toda a linha da Frente Atlântica, através da utilização de modos suaves, é o nosso desejo. Mas de qualquer maneira a qualificação daquele espaço parece-nos fundamental para requalificar aquilo que foi uma área de grande importância tradicional, histórica do nosso Concelho do ponto de vista da sua relação com a margem Norte. E é nesse contexto que chegamos a entendimento e com o entendimento com o proprietário e que aqui trazemos à Assembleia Municipal, depois de termos trazido à Câmara a proposta de aquisição desse conjunto de edifícios, como consta da proposta que têm em vossa presença e que também com os processos de pagamento que estão aí propostos. O preço global em causa é de 2 milhões 350 mil euros, a pagar em diversos momentos, também como consta da proposta que têm convosco.



De sublinhar, pedia para que pudesse ficar em ata como elemento de fundamentação da proposta o esclarecimento que nos é fornecido pelo Sr. Diretor de Direção Municipal de Ordenamento e Desenvolvimento Económico e que vou passar a ler:

“Venho reafirmar alguns dos argumentos que, do ponto de vista urbanístico, nos levaram a considerar vantajosa a aquisição dos imóveis em epígrafe, desde que esta hipótese foi colocada.

1. No caso do imóvel de Almada, interessa evidenciar:

a. A localização estratégica deste imóvel que, pertencendo ao domínio municipal, permite a sua afetação a usos de interesse público, no curto, médio e longo prazo;

b. A possibilidade de funcionar como instalação provisória do Mercado de Almada, quando se tornar possível levar a efeito a sua requalificação;

c. A circunstância de constituir o miolo de um enorme quarteirão e o seu potencial como espaço de circulação pedonal, aproximando significativamente as duas áreas da cidade que este quarteirão separa;

d. Que esta atitude de gestão deve manter-se presente em todas as oportunidades de intervenção, designadamente no imóvel da EDP e outras oportunidades que continuem a aproximar cada vez mais a frente ribeirinha e o núcleo histórico da restante cidade, pontuando os novos percursos com usos de interesse público;

e. A significativa disponibilidade de área, potenciando eventos que ajudam significativamente a vivência da cidade;

f. Um importante legado para a gestão futura da cidade, que justifica esta intervenção, mas também aconselha a utilização de soluções construtivas leves e evolutivas.

2. No caso do imóvel da Trafaria, junto, em anexo a apreciação feita pelo Sr. Diretor do DPUDE, cujos serviços têm desenvolvido um aturado trabalho nesta área, que subscrevo integralmente.

Abaixo identifico alguns argumentos que justificam a importância estratégica do Edifício em questão e que devidamente ponderados poderão suportar a decisão para a sua aquisição:

A Vila da Trafaria não tem, do ponto de vista do ordenamento do território, grande condição para a sua expansão, principalmente devido às características da sua envolvente, onde o rio, e as arribas, constituem simultaneamente riqueza paisagística e condicionantes naturais.

O desenvolvimento que se pretende que ocorra na Trafaria tem de ser suportado essencialmente na reabilitação e na valorização do edificado existente, em termos físicos e também na valorização da população, em termos sociais.

São várias as carências (Serviços de primeira necessidade que fecharam) que existem na Trafaria e muitos os problemas (Transportes, desemprego, degradação do edificado, incerteza quanto ao futuro relacionado com o Porto de Lisboa).



Neste contexto o edifício da Empresa de Camionetes Piedense, constitui-se como uma oportunidade na Estratégia que o Município delineou para a Trafaria, por:

Estar na 1ª linha de Edifícios junto ao rio e mesmo em frente ao transporte Fluvial e ao Terminal dos TST;

Ser contíguo ao Forte da Trafaria (Presídio) e apresentando características diferentes mas que podem ser complementares.

Ter uma área considerável e coberta e um enorme pé-direito;

Estas características permitem que neste local possam ocorrer um sem número de Eventos, de iniciativa municipal, em parceria ou de iniciativa privada com autorização Municipal.

Estes eventos podem ocorrer durante o ano inteiro por o edifício ser coberto.

Aqui podem acontecer mercados semanais, feiras, espetáculos musicais, teatro mais informal, conferências, dança, debates locais, etc.;

Atraindo gente de fora ou servindo a população local e do restante Concelho;

Estamos, no fundo, a falar da possibilidade de este edifício funcionar como um espaço Multiusos - o Multiusos da Trafaria.

E bem carente está a Trafaria deste tipo de espaços.

O Evento Trafaria (Com)prova - Vinhos e Petiscos na Trafaria, a realizar-se em outros anos poderia beneficiar da utilização deste espaço.

As conferências internacionais da Trienal de Arquitetura de Lisboa, que vão realizar-se na Trafaria, também poderiam ali acontecer.

A Trafaria está neste momento a atrair mais investimento no mercado da reabilitação urbana e sendo muito positivo este crescimento, ele tem de ser acompanhado com uma estratégia de investimento público (Cirúrgico) em alguns edifícios e no espaço público, para aumentar a oferta e a dinâmica na Vila e desta forma contribuir para o aumento do emprego local”.

São estas algumas das razões que gostava que ficasse em ata como fundamento da proposta que aqui trazemos.”

6.7.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Pedro Oliveira, Maria Odete Alexandre, José Joaquim Leitão, Carlos Guedes, António Pedro Maco, Luísa Ramos, Nuno Matias, Pedro Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.7.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, este é um bom exemplo como por vezes, nem sempre, mas por vezes e este infelizmente é um mau exemplo, as propostas aparecem não devidamente fundamentadas. E eu, e nós no caso a bancada do PSD tem fundadas reservas em relação à formulação como esta proposta nos é apresentada e foi distribuída. Aliás em parte o Sr. Presidente tentou corrigir parte da desconformidade formal na forma como ela foi distribuída, ao tentar ler aquilo que devia ter sido distribuído aos diversos Grupos Municipais.



Mas a questão não é só essa Sr. Presidente, se me permite, porque entendemos nós e as reservas são muitas em relação a esta proposta, porque uma proposta deste nível, com este nível de encargo associado sem pôr em causa aquilo que possa ser o mérito do objetivo e do alcance do uso futuro destas infraestruturas, aquilo que é verdade é que não é explícito, aquilo que deveria ser explícito, que é o fim último e definitivo para este investimento. Mas para além disso, aquilo que também não é aceitável é que numa proposta desta ordem de grandeza, e estamos a falar da aquisição de quatro lotes por 2 milhões 350 mil euros, que não seja apresentado um fundamento para o valor que está subjacente a esta transação. Porque nós não queremos minimamente pôr em causa se é justo ou não é justo porque nós não estamos minimamente mandatados ou avaliados para poder avaliar da justeza deste valor. Agora, pensamos nós que é imprudente, para não dizer se calhar incorreto até se calhar do ponto de vista legal, não sei, mas se calhar outras instâncias poderão dirimi-lo, estarmos nós aqui a deliberar sem que exista uma fundamentação clara, técnica e legal em relação ao montante. Eu já não digo em relação ao objeto e àquilo que será o uso futuro que eu diria e entendemos nós que seria avisado constar da própria proposta. Mas o Sr. Presidente leu em parte essa nossa ambição que este tipo de propostas deve constar, fica em parte sanado, não na totalidade mas em parte.

Agora a questão do valor Sr. Presidente, confesso que nos deixa claramente desconfortável olhar para esta proposta tão singela com uma descrição matricial, ou nem sequer é, refiro o valor matricial que consta do registo de cada um destes imóveis e colocarmos à apreciação e votação uma decisão com base neste conjunto de fundamentação que é manifestamente incompleto. E portanto Sr. Presidente, mandaria o bom senso que esta proposta fosse retirada e que fosse melhorada para futuras Assembleias podermos avaliar se o valor é o correto, se o destino que se pretende do ponto de vista estratégico para estes imóveis faz sentido em relação ao montante que se venha a adquirir ou no caso que se venha a gastar. Mas de qualquer maneira se assim não for o PSD não pode deixar de em nome daquilo que é o interesse público, mas também do cumprimento do mínimo de informação em relação a um processo desta natureza de votar contra.”

6.7.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós quando estivemos a analisar esta proposta que aqui é apresentada não ficámos com o completo esclarecimento dos fins a que se destinava a aquisição dos vários, da fração autónoma da antiga garagem. O esclarecimento que foi dado agora pelo Sr. Presidente da Câmara ajuda-nos a perceber em relação às instalações na Trafaria, mas consideramos que é manifestamente insuficiente ter informação que em relação ao edifício de maior dimensão e de maior valor, fração que está aqui 1 milhão 750 mil euros, que a informação seja dada só relativamente ao período da requalificação do Mercado. Posteriormente a esse período qual é



a perspetiva que o Executivo tem para este espaço? Consideramos que seria importante que todos os Deputados Municipais ficassem com esta informação, porque não colocamos em dúvida que os objetivos, os fins poderão ser absolutamente justificados, mas gostaríamos de ter essa informação.”

6.7.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sem querer parecer o Dupont e Dupont, digo mais, gostaria de saber qual é o projeto que a Câmara tem para o espaço que agora será o futuro Mercado durante algum tempo, mas posteriormente haverá provavelmente um projeto para aquele espaço. É um espaço demasiadamente bom para poder voltar a ser um parque de estacionamento, e portanto a minha pergunta é essa. Eu também gostaria de ser esclarecida sobre as intenções futuras da Câmara.”

6.7.2.4 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É evidente que a gente não se pode guiar pelo senso comum e estou de acordo que o investimento é um investimento significativo, não seria uma coisa inédita que de qualquer maneira investimentos desta natureza, e podemos adiantar que aliás como é público e como já perceberam até da letra do texto que li há pouco, que estamos interessados na aquisição do edifício da antiga EDP e com certeza que não será um valor pouco significativo, embora se tenha admitido já em tempos que quando se pensou que aquilo pudesse servir para Loja do Cidadão se falava em mais de 5 milhões de euros para aquisição daquele edifício. Estamos a falar de valores desta ordem. Agora, a questão que se nos coloca é, ou queremos que o Mercado de Almada continue em degradação e que a possibilidade de intervir na rua de Olivença e no Centro de Almada se faça ou não. E ou vamos arrastar-nos à espera que neste quadro magnífico em que estamos a viver que apareça alguém a querer agarrar aquela proposta. Nós pensamos que devemos criar todas as condições para tomar a iniciativa, não excluindo como é óbvio de em todos os momentos criarmos a oportunidade para que outros que se queiram juntar a um projeto desta natureza também o possam ajudar a concretizar. Mas eu encontro alguma dificuldade em conseguir conciliar o discurso do PSD de agora com o de há bocadinho, mas pode ser dificuldade minha, porque há pouco pedia-se uma coisa e agora parece que se está a pôr o contrário.

De facto naquela reunião com... os grandes promotores colocavam três questões, rapidez de decisão, rapidez no retorno e fiscalidade.

Parece-me que a gente quer rapidez de decisão nesta matéria. E se a gente falha logo ao primeiro passo não sei como é que o PSD quis promover o desenvolvimento económico do Concelho, mas é uma decisão que de qualquer maneira é uma preocupação que lhe fica bem.



Com a clareza e transparência que procuraremos dar e reforçar em todos os momentos deste processo, como já disse e sempre temos dito, não somos imunes às observações que nos fazem sobre aspetos que nos possam, apesar da nossa boa vontade e da nossa iniciativa, tropeçar em qualquer momento do processo. Acautelarmos isso é importante. Mas nestas coisas quem tem medo compra um cão, não é? Como se costuma dizer, diz este ditado. Há que ter alguma coragem, assumir algum risco, mas nós temos muita confiança e o povo de Almada compreenderá e o povo da Trafaria compreenderá muito bem a nossa proposta, e que a acolherão também e que a verão como uma oportunidade fantástica e dificilmente compreenderão que se levantem obstáculos à sua concretização. E é o que posso dizer sobre isto.”

6.7.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, misturar a nossa ambição para o investimento com aquilo que é uma apresentação formalmente correta e diríamos nós mais, se calhar legal, de uma proposta deste teor, faz toda a diferença. Porque se o Sr. Presidente trouxesse uma proposta devidamente fundamentada, com o valor devidamente escalpelizado e justificado, com um objetivo claro daquilo que vai ser a utilização. Porque o Sr. Presidente agora utilizou um bocadinho em nota de rodapé, vejam lá se nós não adquirirmos isto por 1 milhão 750 mil euros não se faz a obra do Mercado, porque não se pode usar aquele espaço temporariamente. Bom, se pagámos até aqui, a autarquia no caso 4 mil euros por mês, eu diria que era preferível dois anos se fosse pagar esse montante do que estar a gastar agora 1 milhão 750 mil euros não devidamente justificados. Porque eu no momento que estamos agora a falar não sei se esse imóvel vale esse montante, e portanto manda a precaução na gestão do dinheiro público que a proposta estivesse devidamente fundamentada, que não está. E portanto Sr. Presidente não misture a ambição de desenvolver e de investir com aquilo que é uma formatação de proposta que devia estar devidamente fundamentada e esta manifestamente não está.”

6.7.2.6 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta discussão é uma discussão obviamente incómoda, mas os Deputados Municipais, penso eu, têm de perante os argumentos que são apresentados e as circunstâncias concretas do debate, tomar as decisões e as decisões têm com os dados que se expõe no momento procurar identificar qual é o interesse público envolvido para agir em conformidade. Não tenho dúvidas de que relativamente à aquisição proposta na Freguesia da Trafaria, ela é de importância crucial para o futuro desenvolvimento da Freguesia. E portanto qualquer atitude de não adesão é dolorosa. Mas, parece-me que com valores deste significado se exige uma justificação sem um mínimo de dúvidas, sem sofismas e não me parece suficiente fazer-se



uma aquisição destas em função do uso temporário. Nós temos que saber para que é que vai servir no futuro, se há algum projeto que justifique este esforço de investimento ou não. E também se não há alternativa nomeadamente mantendo os alugueres que foram referidos, para a utilização temporária, porque quando se investe e adquire é em função de um objetivo de continuidade, quando nós temos uma necessidade temporária procuramos soluções menos definitivas ou pelo menos abordamos essa possibilidade de forma séria.

O apelo que fazíamos neste contexto era que houvesse um maior aprofundamento desta matéria e o assunto fosse decidido depois com mais solidez e menos dúvidas, porque quando se trata de tomar decisão devemos fazê-lo com todas as certezas e eu tenho de confessar que em função dos argumentos utilizados pelo Bloco de Esquerda, pela Sr.^a Deputada Municipal e também pelo PSD, há aqui aspetos de dúvida que desejavelmente deveriam ser afastados antes de nós termos de decidir definitivamente. O apelo que se fazia era no sentido de a proposta poder ser retirada sem votação neste momento.”

6.7.2.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sei que o segredo é a alma do negócio, mas isto é um negócio de muito valor, 1 milhão 750 mil euros é muito dinheiro que a autarquia poderia utilizar para outras finalidades que não a aquisição daquele espaço para uso temporário.

Portanto, eu repito aquilo que disse há pouco e que peço ao Sr. Presidente da Câmara que tenha a delicadeza de compreender que não estamos a insistir neste assunto por perrice, ou porque somos muito curiosos, é apenas porque de facto para um período limitado de tempo que é a utilização daquele espaço em substituição do Mercado Municipal, de facto parece-me um valor demasiadamente elevado, uma renda resolveria essa situação. Agora, eu acredito que o Sr. Presidente da Câmara pensou no futuro uso para este espaço, não me refiro ao espaço da Trafaria porque não está em causa os espaços que são adquiridos na Trafaria, refiro apenas à antiga Garagem Piedense, que nós todos conhecemos como Garagem da Citroen. Eu gostaria de saber o que é que neste momento está na vossa cabeça, isto não vos vincula a um projeto definitivo porque as coisas podem a qualquer momento ser alteradas, mas é importante de facto que possamos perceber que há uma ideia, há já um ideal para ali para aquele espaço. E atrevo-me a dizer-lhe que a Loja do Cidadão ficava ali que era uma maravilha.”

6.7.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda partiu para a discussão deste ponto com toda a abertura e foi reflexo da intervenção do meu Camarada Pedro Oliveira. No entanto não vemos satisfeitas as dúvidas que levantámos e a questão não se coloca tanto em relação ao edifício da Trafaria, coloca-se e já aqui foi dito, muito mais em relação ao edifício da av.^a Afonso Henriques.



Mesmo não estando em causa o edifício da Trafaria ao Bloco de Esquerda interessaria muito mais saber em concreto não que aquele espaço poderá servir para este ou aquele, com outra finalidade, mas para uma finalidade em concreto ou pelo menos para um leque concreto de objetivos com vista àquele edifício.

Acreditamos que a intenção da autarquia seja a melhor, não estamos, não nos sentimos à vontade para acompanhar positivamente de forma favorável esta proposta.”

6.7.2.9 - O Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, relativamente a esta questão e como disse a Sr.^a Deputada Independente, o segredo é a alma do negócio, neste caso estamos a falar de um negócio público, portanto entende o CDS-PP que deve haver um maior esclarecimento por parte daqueles que vão tomar a decisão, porque estamos aqui a defender em nome dos eleitores e dos almadenses e portanto nós tanto temos contestado a falta e o abandono e aquilo que é necessário que é uma revitalização dos espaços públicos no centro de Almada, portanto vemos à partida uma boa opção a tentativa da Câmara Municipal de futuro tentar revitalizar a zona. De qualquer forma Sr. Presidente e como já aqui foi aflorado praticamente por todos os Grupos Municipais, penso que, entende o CDS-PP que não estão reunidas as condições ou esclarecimentos mínimos para que se possa fazer uma apreciação e uma votação mais clara relativamente a este documento e neste caso o CDS-PP solicita também à Câmara Municipal de Almada que possa retirar então esta proposta, para que tenhamos todos mais informação, para que a população do centro de Almada possa discutir esta questão e de futuro com certeza se for uma boa opção cá estaremos e cá estará o CDS-PP para louvar a Câmara Municipal nesta questão.”

6.7.2.10 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aquilo que penso que procurei na primeira intervenção esclarecer qual era o objetivo, e não vale a pena sobre isto darmos muitas voltas sobre o que é que se tem. Não se pretende fazer um uso temporário de um espaço, aquilo que se disse era que o projeto de intervenção na zona central de Almada é um projeto integrado que tem como condição a requalificação do Mercado de Almada. Foi por aí que começámos, requalificação do Mercado de Almada. A requalificação do Mercado de Almada num quadro de um projeto em que pretendíamos pedonalizar a rua de Olivença e tal como tive o cuidado de acrescentar aqui ao ler os elementos fornecidos pelo Sr. Diretor Municipal Veríssimo Paulo, também em relação ao espaço de que é hoje o espaço da garagem diz assim “a circunstância de construir o miolo de um enorme quarteirão e o seu potencial como espaço de circulação pedonal, aproximando significativamente as duas áreas da cidade que este quarteirão separa”, estamos a falar de unir a zona da rua de Olivença com a zona da av.^a Afonso Henriques. E eu acrescentei



depois, o prolongamento deste projeto em direção ao centro de Almada e procurei trazer isto aqui por escrito com base numa declaração do Sr. Diretor Municipal para que não ficasse só na palavra do Presidente. Naturalmente fica em ata, como está referido.

É difícil dizer-se que não existe nenhum projeto nem nenhuma intenção em relação àquele espaço, que naturalmente vai ser qualificado. É um espaço cujo valor patrimonial será atualmente o de uma garagem, mas cujo valor real em termos da intervenção que ali se faça será evidentemente de outra natureza, sobretudo se ele for reconvertido como espaço público, como é nossa intenção.

Eu penso que para além do mais corremos o risco de se perder uma magnífica oportunidade de qualificação do espaço central de Almada e essa é que é a questão. É a questão política que assumimos em relação a essa matéria. O rigor absoluto do negócio que é sempre difícil de estabelecer e que no fundo é paralisador daquilo que possa ser a intervenção pública em determinadas áreas seja como regulador, seja como promotor e qualificador para favorecer a intervenção dos agentes, é uma coisa da maior importância da nossa gestão pública, é uma coisa da maior importância da nossa gestão política porque ou assumimos esse papel num contexto em que pensamos ser necessário havendo possibilidade no quadro dos nossos recursos próprios do nosso Município para o fazer. Pensamos que o devemos fazer.

Nós quando pedimos sacrifícios, e falámos há pouco dos IMI e de outras coisas parecidas, não é para ter o dinheiro no banco e para servir fins sociais e para aqueles fins de qualificação e de até utilizando um chavão que às vezes aumente a capacidade competitiva, mas podemos utilizar todos os argumentos que têm a ver com os nossos incómodos próprios. Do nosso ponto de vista a questão é extremamente clara e sentimo-nos perfeitamente à vontade com o que estamos a propor. Achamos que temos condições, o Município tem condições para poderem votar favoravelmente esta proposta e de naturalmente conseguir fazer concretizar um projeto de qualificação do centro de Almada que tanto necessitamos. É a proposta que aqui trazemos num momento que é único e que naturalmente é preciso dizê-lo, e digo com toda a sinceridade o sentido do nosso voto não deixará também de ter consequências e leituras. Penso que a proposta é clara em relação àquilo que está em causa e que naturalmente temos condições para a defender em qualquer circunstância.

É uma boa proposta, é um bom acordo aquele que foi possível desenhar, não estamos em condições de se retirar a proposta. Gostaríamos que pudessem refletir sobre a questão que aqui está, a sua importância e a importância da sua concretização.

Só dizer que o valor patrimonial do metro quadrado por média, no centro de Almada, que são aquelas coisas que valem o que valem 1.149 euros o metro quadrado, último valor estamos a falar em 3 milhões 800 e tal mil euros só da garagem de Almada.”

6.7.2.11 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Sr. Presidente existe a possibilidade de pedir um intervalo e apesar do adiantado da hora dada a gravidade da decisão que vai ser tomada, portanto vou utilizar em nome do PS essa prerrogativa. Peço a interrupção durante alguns minutos.”

6.7.2.11.1 - Foram suspensos os trabalhos, sendo reabertos ao fim de 20 minutos.

6.7.2.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente é só uma nota que eu acho que o Sr. Presidente da Câmara não teve em conta, que a argumentação que trouxe não é uma argumentação política, é uma argumentação tecnocrática e a nós não nos interessa isso. As decisões para Almada têm que ser decisões políticas, não podem ser decisões de um excelente Diretor de Serviços. A decisão tem que ser política e portanto o que eu questiono é porque é que a Câmara não tem um projeto para o futuro para aquele espaço. Eu sei que neste momento faz falta para a reabilitação do Mercado de Almada, não tenho dúvida disso, mas queremos saber qual é o projeto futuro que a Câmara e não um Chefe de Serviços tem para aquele espaço.

Peço desculpa pela minha insistência, mas é muito importante isto.”

6.7.2.13 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu creio que nós podemos analisar exaustivamente o que está em discussão, o estilo, o método, se é o Diretor, se é político, se é Presidente, se é Vereador. Isto tem que ser equacionado para o futuro, enfim não me pronuncio, mas o que me parece importante aqui revelar é que isto é uma oportunidade de negócio, parece que está em causa um bom investimento que ninguém questiona, parece que o preço é acessível à realidade do Município e parece que fundamentalmente está previsto para melhorar, para qualificar o centro de Almada e ir de encontro às reivindicações, às aspirações de todos aqueles que vêm sistematicamente à Assembleia Municipal chamar atenção para a necessidade, para os crimes cometidos e para a necessidade de alteração. E adiar esta requalificação porque não se sabe tudo, até se pode chegar à conclusão que vamos perder um negócio e os almadenses não entenderiam que este Município tendo condições para investir, que este Município tendo condições para adquirir património que visa a requalificação, esta Assembleia não o tivesse permitido. E por isso a CDU assume que de acordo com aquilo que temos dito e ouvido sobretudo por parte dos Municípes relativamente às possibilidades e às necessidades de reconversão do centro de Almada, da Trafaria e até eventualmente da animação daquela parte que é tão falada, da Bernardo Francisco da Costa, a não ser que haja aqui quem defenda que vá para ali por exemplo uma instituição religiosa como nós também já tivemos ocasião de ouvir pretensões dessas pessoas que são legítimas, mas eu acho que neste momento a Assembleia tem condições de decidir que a Câmara adquira aquele património. O que está em causa exatamente com a perspetiva e eu acredito que não será para outros fins



que não seja para melhorar aquela zona que não será para outros fins que não seja para a reconversão, que não será para outros fins que não seja para dinamizar Almada e sobretudo o centro de Almada que tão necessitado está. E votamos favoravelmente esta decisão, esta proposta que a Câmara tem aqui em debate.”

6.7.2.14 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, eu penso que fica clara a nossa posição. Não tem nada de política, nada. Aliás a nossa questão não tem a ver com a ambição de requalificação que possa ter nesses dois espaços um motor para esse desenvolvimento. Tem a ver com a formulação da proposta que manifestamente é insuficiente e não cumpre os requisitos, nomeadamente a questão da valorização e um documento inequívoco que diga que este valor é justo. É só isto. E portanto Sr. Presidente, não vamos fazer política com aquilo que não é político nem queremos transformar isto num caso político. E portanto Sr. Presidente aquilo que eu disse de início é uma proposta de bom senso para apelar ao bom senso, porque não queremos fazer disto nenhum caso. Agora, a proposta como está formulada não cumpre minimamente os requisitos do ponto de vista seja do objetivo, seja da valorização do negócio, e portanto não vamos é misturar com conceitos, porque isso já não é política, isto é uma questão de determinação de uma proposta que tem ou não tem que cumprir os preceitos legais e formais. Nós entendemos que não cumpre, não queremos fazer política disto, queremos apelar ao bom senso para todos contribuirmos para uma decisão que não cause polémica daqui amanhã.”

6.7.2.15 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que para uns é político, para outros é técnico. Para o Bloco de Esquerda é político e técnico, já que ficamos nesse meio termo e para a bancada da CDU parece que nada disto é importante, mas como nem sempre o que parece é, a semântica é muito importante e a Sr.^a Deputada começou e insistiu muito neste verbo “parece”, parece que é importante, parece que é, mas lá está o povo na sua imensa sabedoria diz que nem tudo o que parece é. E nós não ficámos satisfeitos com a justificação que aqui foi trazida e como tal queremos ter a certeza daquilo que nos pedem para votar. É a mais elementar função desta Assembleia, fiscalizar a ação municipal da Câmara Municipal, do Executivo.”

6.7.2.16 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Sr.^a Deputada Odete Alexandre tinha colocado aqui a questão se o parecer era do Sr. Diretor Municipal e portanto que seria um parecer técnico. Naturalmente que a questão é uma questão política, aqui o parecer visava procurar corresponder a um esclarecimento sobre qual o possível uso daquele espaço. Mas eu penso que em relação à questão fundamental do



projeto, estamos a falar do centro de Almada, porque em relação à Trafaria pelo menos até agora ninguém se pronunciou e eu penso que a questão é por isso de natureza política, Trafaria. Porque senão teríamos eventualmente da parte do PSD a questão aparece com outro fundamento, até do ponto de vista técnico, nós consideramos de acordo com a opinião, teremos o apoio jurídico, que neste momento a questão da fundamentação como ato administrativo não se coloca neste momento, mas o PSD insistirá em colocar e portanto é o único que está a ver o projeto na sua globalidade por razões, vamos dizer de ordem técnica como penso que sublinhou o Sr. Deputado Nuno Matias.

Em relação aos restantes a questão tem sido de ordem política, o que é que se vai fazer no centro de Almada. Podemos dizer que a questão desse ponto de vista em termos gerais é legítima, agora aquilo que nós dizemos, há uma oportunidade de negócio que nos surge, que construímos, que demorou a construir, num contexto difícil em que os registos de todo aquele património estavam por fazer, tudo isso foi feito, tudo isso está, mas há tempos para que as coisas sejam feitas.

O objetivo era conhecido de há muito tempo, várias vezes foi dito em várias reuniões que o nosso objetivo era pedonalizar a rua de Olivença se fosse possível, no contexto da requalificação do Mercado e utilizando o espaço que agora é o espaço da garagem. Primeiro como apoio, nunca dissemos que seria um espaço para uso temporário e provisório. Primeiro como apoio para a resolução deste problema central e mais presente que era a questão do Mercado e para o requalificar numa dimensão que terá que ser também construída convosco assim como com os nossos Municípios, aliás como em relação a tudo o resto. Mas é a oportunidade que temos para que a discussão seja nossa. Não sei se me estou a fazer perceber. É a oportunidade que temos para que a discussão seja nossa, para que possamos intervir até no próprio processo de construção do próprio projeto. Se não tivermos esta possibilidade estaremos ao dispor daquilo que serão, entendam como entenderem são as dinâmicas do mercado muitas vezes favoráveis, outras vezes não favoráveis. Também temos aqui em Almada aquisições de áreas importantes do nosso território, muito importantes e que demoram e estão a demorar anos e anos para que dali saia alguma coisa na base de um promotor. Não quero condenar o promotor, mas o acerto entre aquilo que o promotor pretende fazer com o rendimento que pretende obter e aquilo que seria o interesse público para aquele espaço. Enfim, demora tempo para conciliar, e até se teve um ponto de partida disso como é o caso do Ginjal, para falarmos claro. E se queremos o Ginjal 2 no centro de Almada podemos continuar a correr riscos. Se queremos ter a oportunidade de poder intervir na construção de um espaço adquirido para o domínio público, um elemento que pode ser central na sua requalificação neste momento ou para avançarmos para a sua requalificação é agarrarmos a oportunidade no momento em que o negócio se pode realizar. E é a oportunidade que se nos oferece e por isso temos estado aqui a insistir tanto na necessidade



de o concretizar e o concretizarmos hoje porque normalmente não o faríamos se houvesse uma condição mais larga de o podermos fazer.”

6.7.2.17 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, eu gostaria de fazer só duas perguntas e se fosse possível o Sr. Presidente da Câmara esclarecer era importante porque nós estamos aqui a olhar para um documento que tem um valor que está lá inscrito e penso que a questão que está levantada não é uma questão, acho que o fim a gente percebe, é uma questão de transparência. Isso é importante porque vai vincular aqui nesta Assembleia uma decisão importante.

Mas a primeira pergunta era, qual é o motivo que este documento tem o parecer do Diretor Municipal e não tem um parecer de uma entidade independente que possa avaliar o valor de mercado do imóvel? Esta é a primeira pergunta.

E a segunda pergunta, o Sr. Presidente tem conhecimento de mais alguma informação que não está no documento, mas que nos possa agora fornecer relativamente a esta matéria?”

6.7.2.18 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Tudo o que está no documento é o que temos neste momento, que estamos em condições de poder fornecer e que a informação que pensamos que é fundamental para a decisão que a Assembleia pode tomar. Os valores que estão em consideração são valores que do ponto de vista da sua concretização dificilmente com uma entidade independente ou só com o argumento na base do valor patrimonial, vamos falar claro com isto, nós lá chegaríamos e não foi por acaso que o projeto se constituiu da forma como se foi constituindo. E pensamos que é benéfico, pensamos que é benéfico que se tenha conseguido, apesar de tudo, no contexto de aproximação para um resultado que fosse equilibrado, termos juntado áreas com características diferentes que é o caso de Almada e o caso da Trafaria.

O nosso primeiro interesse foi Almada. O interesse de Almada só por si colocava-nos de facto alguns problemas porque aquilo está classificado como sendo uma garagem. Mas toda a gente sabe e nós sabemos que várias pessoas manifestaram interesse em relação aquele espaço, não para esse fim e não sabemos para quê, que nem sequer sabemos o que é que lá se poderia fazer. Portanto, nós não estamos sozinhos no mercado, e a possibilidade de juntar a Trafaria a este projeto, permite-nos requalificar duas áreas do nosso território na base de um preço que é perfeitamente compreensível e perfeitamente aceitável do nosso ponto de vista e que tem este enorme potencial. É o que lhe posso dizer Sr. Deputado, sobre esta matéria. E sabemos e temos confiança que o Tribunal de Contas no momento próprio saberá apreciar se do ponto de vista da legalidade e da fundamentação do ato administrativo em si, se ele é ou não é consistente.



A oportunidade nós queremos aproveitar, temos confiança que seremos capazes de defender junto do Tribunal de Contas ou de outra qualquer instância a fundamentação e as razões da nossa proposta e que estaremos perfeitamente à vontade para o poder fazer. O Tribunal de Contas ajuizará em definitivo se estamos a proceder de alguma forma que possa ferir o interesse público. Estamos convencidos que não, e estamos convencidos que a oportunidade é para agarrar e estamos convencidos que seremos bem acolhidos se a soubermos agarrar. Será uma decisão corajosa desta Assembleia Municipal e será uma decisão que com certeza terá bom acolhimento da parte de todos os nossos Municípes e é assim, se for tomada é a decisão da Assembleia e assim será com certeza.”

6.7.2.19 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Os argumentos, penso eu que já foram todos esgrimidos, penso que estamos esclarecidos na medida em que podemos estar esclarecidos neste momento. O que infelizmente é pouco, e essa é a questão e a questão na perspetiva do Partido Socialista circunscreve-se também à legitimidade e ao mandato.

O Sr. Presidente afirmou várias vezes e bem que a Câmara gere o dinheiro dos Municípes. A nossa decisão não é sobre o destino que damos aos recursos que são nossos, porque aí provavelmente bastava parecer, como diz a Sr.^a Deputada da CDU, parece um bom negócio, então eu tenho os recursos próprios, tenho um feeling e vou atrás do feeling. Não é legítimo que quem é eleito tome uma decisão com a relevância financeira desta decisão sem ter uma certeza e sem ter uma certeza fundada em documentação e em dados que sejam seguros.

Tomar uma decisão sem saber qual é o fim último daquilo que se está a adquirir, sem saber qual é o valor patrimonial, sem ter acesso a um parecer de auditoria que qualquer serviço, qualquer empresa que for um negócio desta dimensão não deixa de recorrer. E portanto o que está aqui em causa não é obstaculizar uma aquisição que pode vir a ser positiva para o futuro do Município, o que está aqui em causa é a Câmara insistir em forçar uma votação para a qual os Deputados Municipais já afirmaram e repetiram que neste momento não têm dados suficientes para decidir de forma segura. Não têm. Porque não se toma uma decisão com base no “parece que”, não pode ser. E a Câmara Municipal também não é um especulador imobiliário, não se vai comprar uma coisa porque parece que é um bom negócio. Não. Não faz sentido. Nós não temos neste momento elementos fundamentais, e esses elementos fundamentais na perspetiva do Partido Socialista eram três. Primeiro uma clarificação em termos de projeto futuro para o espaço em causa. Segundo uma informação rigorosa sobre os aspetos que têm a ver com o valor dos prédios que estão aqui em consideração, nomeadamente o valor patrimonial e também termos acesso a documentação que argumente de forma sustentada que é do ponto de vista económico e financeiro uma decisão acertada.



A Câmara tem a possibilidade de retirar a proposta de votação e fazendo e disponibilizando as informações que eu referi, nós temos a disponibilidade para ponderar uma votação favorável, neste momento às escuras não temos o direito de jogar com esta importância do dinheiro dos nossos Municípes.”

6.7.2.20 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Já agora sem querer... eu não sei se neste momento a Câmara tinha possibilidades de retirar a proposta sem consentimento da Assembleia, porque ao entrar na Assembleia a proposta passa a ser de origem da Câmara, mas é uma proposta da Assembleia e como tal só tirava se a Assembleia estivesse de acordo com isso.”

6.7.2.21 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu creio que o Sr. Deputado Leitão justificou a sua impossibilidade de votar favoravelmente por outras razões que explicou, mas eu quero clarificar uma coisa. Perante as variadíssimas intervenções do Sr. Presidente, perante a afirmação de que o preço está abaixo e está na demonstração de um bom negócio, quando eu disse “parece” é em função das informações do Sr. Presidente que nós temos em boa conta, porque sabemos que o Sr. Presidente não diz e não dá informações a esta Assembleia na base de suposições. Se quiser pode ser uma questão de retórica, pode ser uma questão de semântica, pode ser tudo, mas quando nós dizemos pelo exposto “parece que é” é pelo exposto e não porque nós não tenhamos a certeza que é.

Para nós CDU está claro que as coisas são o que são, a informação está sobejamente dada. Nós podemos decidir em conformidade e em consciência que este é um bom negócio e que esta é uma boa oportunidade para se fazer aquilo que todos reclamamos que é a reconversão do espaço público e que é a reconversão da qualidade de vida dos residentes em Almada.”

6.7.2.22 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós não queríamos deixar de fazer esta nota, porque é relevante até com base naquilo que acabou de ser dito pela Deputada Municipal Luísa Ramos. É que já aqui também mais um dado que está em falta, é omissos. Eu diria que é formalmente grave não constar, porque eu recordo-me várias vezes e há aqui pessoas com a mesma experiência e outras com muito mais experiência até do que eu, em propostas que já entraram na Câmara de Almada de lotes identificados que têm uma identificação completa até o valor matricial que está registado na caderneta. E o que consta e é isso também importante que seja claro, por isso é que eu desde o início tenho procurado transmitir em nome da bancada do PSD que a nossa



preocupação mais do que a questão do destino, porque isso é algo que nós podemos refletir, é a questão da formalidade.

Na cláusula primeira nós temos aqui a descrição das frações, mas não consta o valor que está na caderneta predial, e aquilo que é verdade é que as propostas que normalmente vão à Câmara consta esse dado. É certo que para além desse dado há um outro valor implícito, pode ser o valor estratégico do local e nós percebemos isso, mas isso também tem que ser avaliado e é esse formalismo, permita-me porque nós não queremos e estamos a levar até ao limite para evitar que se crie aqui qualquer tipo de caso, porque aquilo que aqui está é uma questão formal, só formal.

Nesta cláusula primeira faltam também elementos objetivos e portanto é importante para nós que fique este dado que também nesta cláusula faltam dados objetivos em relação à descrição das frações.”

6.7.2.23 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É evidente que quando a gente não quer, não quer.

Nós temos uma coisa que é um plano eficaz chamado Almada Nascente, a questão da propriedade Almada Nascente não está resolvida, acabámos de ver isso há bocadinho. Temos um plano eficaz sobre uma coisa que não se sabe quem é o dono, e estamos aqui a levantar uma questão da “lana-caprina” em relação a uma oportunidade que temos de ter a propriedade e depois construir, não é Almada Nascente, é aquilo que for. Não sei se estão a perceber o que é que está em causa. Quer dizer, nós estamos perante um elefante branco que é, não temos resolvido porque há uns Srs. do Porto de Lisboa, ou sei lá quem é que acham que aqui o terreno passa pelo meio das docas e os outros acham que deve acabar a meio da avenida Povo MFA, porque aquilo foi conquistado ao mar, é não sei quê e tal uma coisa que eles que se entendam. Mas o que é certo é que a gente se chegar a qualquer lado o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças dizem, mas vão vender o quê; desculpe, quem é o proprietário disto que vocês andam a vender. Não está resolvido. Não está resolvido, mas no entanto temos um plano eficaz. Esse projeto do que é que se vai fazer Sr.^a Deputada, está lá todo, os hotéis, as habitações, a marina, tudo. Mais claro não pode haver. A propriedade não está resolvida. Agora temos aqui a propriedade e dizem o que é que lá vão fazer? E a gente diz, vamos fazer em conjunto mas temos a oportunidade de fazer aquilo que queremos e aquilo que o Povo de Almada quer que se requalifique aquela área, e dizem, não temos aqui um problema que temos que resolver, e nós dizemos, no momento próprio. Tribunal de Contas, as outras entidades cá estamos para esclarecer tudo aquilo que for necessário e que fundamenta este negócio e esta possibilidade de poder decidir e construir a cidade.



A gente pode esperar, mas temos de nos conformar, é uma realidade nossa, desta Assembleia e destes eleitos a poder assumir. Mas mais do que isto eu não consigo dizer. As outras questões que o projeto, quer o estudo económico e financeiro Sr. Deputado é extremamente difícil construir uma coisa neste momento com todo esse pormenor, não conseguimos responder a curto prazo a dois terços das suas questões e em relação às outras também a sua variabilidade e a sua consideração também têm razão de ser. Até ao último documento estivemos a trabalhar e temos estado a trabalhar para que seja possível concretizar o negócio, justamente em termos de que os registos de todos os elementos possam estar em condições de poderem ser apresentados e para que o processo possa ser desencadeado. Naturalmente com os valores que não deixaremos de comunicar a todos sobre os valores que lá estão registados. Mas o processo decorre, decorreu e penso que está terminado e estamos em condições por isso de trazer aqui a proposta e de a votar.”

6.7.2.24 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, só mais uma pergunta. Eu não estou a perceber qual é a questão. Porque é que o Sr. Presidente continua a reforçar que deve ser votado hoje o documento e não é retirado o documento. Porque em princípio há um contrato de promessa de compra e venda com o vendedor, para um contrato prometido, provavelmente há um lapso de tempo entra aquilo que foi celebrado e a escritura, há tempo de certeza de o Sr. Presidente juntar os documentos necessários, voltar-se a marcar uma Assembleia Extraordinária e votar-se o documento. Não percebo o obstáculo. Não percebo o porquê de isto não acontecer, sinceramente não percebo.”

6.7.2.25 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma precisão para não ficar a ideia de que foi pedido mundos e fundos para se poder tomar uma decisão sobre esta matéria.

Aquilo que se pediu foi o seguinte, o valor patrimonial, um documento que demonstre do ponto de vista económico e financeiro a conveniência do negócio e a explicitação da finalidade. Não falamos aqui de projetos, foi explicitação da finalidade. Isto não exige tanto tempo assim. Aliás eu nem sequer acredito que a Câmara não tenha reflexão sobre a matéria e não tenha um propósito para o negócio que apresenta, porque isso seria de facto extraordinário. Portanto, são alguns dias de trabalho, o indispensável para conseguir formular um projeto que nos consiga conquistar, caso seja válido. E portanto não há aqui obstaculização de uma solução adequada, o que existe é a possibilidade da Câmara construir uma solução sólida e consensualizada ou não.



Relativamente a outra dificuldade adiantada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se a Câmara aqui colocar a questão de propor à Assembleia que aceite a retirada da proposta, eu tenho a certeza absoluta que não há ninguém na Assembleia que não viabilize essa solução.”

6.7.2.26 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, eu gostaria de saber, há um contrato de promessa feito? Não há um contrato de promessa feito? Então não há prazos que estejam a pressionar? Sr. Presidente porque não um parecer prévio do Tribunal de Contas?

Esta Assembleia estará disponível para reunir a qualquer momento para votarmos favoravelmente isto. Eu até devo dizer-lhe que quando li a proposta, o meu instinto natural foi votar favoravelmente esta proposta, porque me agradou a ideia de que a Câmara pudesse ser detentora daquele espaço. Não tenha dúvida de que foi esse o meu impulso natural. No entanto eu vinha na expectativa de que o Sr. Presidente da Câmara nos pudesse dizer qual era o seu sonho para aquele espaço. Era essa a minha vontade. E com essa sua antevisão convencia-me de que valia a pena aquele dinheiro todo para por ali. Porque podemos pensar em imensas coisas, podemos pensar que se aquele Sr. que é o detentor do espaço está disponível para vender é porque aquilo é um bom negócio.”

6.7.2.27 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu só queria deixar uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara que é, se o Sr. Presidente da Câmara afirmou aqui perante todos nós que a Câmara está capacitada para se assim for solicitada pelo Tribunal de Contas, para apresentar a justeza do valor, porque é que não apresenta ao órgão que vai deliberar sobre essa proposta? É a única questão que eu lhe deixo, porque nós a partir daí podemos tomar uma decisão fundamentada.”

6.7.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 176/XI-3º, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU), dezassete votos contra (de eleitos do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP e Ind.) e uma abstenção (da eleita do PAN), através da seguinte deliberação:

Deliberação

As Grandes Opções do Plano em vigor aprovadas pelos Órgãos do Município (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) perspetivam uma estratégia de progressiva qualificação dos espaços urbanos, procurando dinamizar, reabilitar, qualificar, diversificar ou refuncionalizar o espaço urbano, com o objetivo de elevar os padrões de qualidade, criando em simultâneo, condições para a dinamização dos espaços públicos, assim potenciando igualmente as vivências da cidade.

Nos casos em apreço as Opções do Plano expressam em linhas de orientação:



- a) “Valorizar o espaço público enquanto condição essencial à vida na cidade, como local de socialização e de encontro, intervindo prioritariamente na sua qualificação e amenização, valorizando os espaços de estadia e a imagem urbana do Concelho nas suas diferentes dimensões”.
- b) “Reafirmar a estratégia de desenvolvimento para a Trafaria, assumindo como vetores fundamentais, a realidade social e a preservação e a valorização do património histórico, cultural e ambiental do território”.

É neste quadro e no âmbito da concretização de projetos de requalificação do espaço público e de equipamentos municipais, que assume particular importância a possibilidade de aquisição de prédios nas freguesias de Almada e da Trafaria propriedade da “Empresa de Camionetas Piedense, Lda.” Os quais, pela sua área, localização e inserção urbana, se revelam adequados e suficientes para aqueles fins e de importância estratégica para o Município de Almada.

São assim criadas condições no caso do espaço/garagem da av.^ª D. Afonso Henriques para projetos de revitalização do centro da Cidade de Almada, nomeadamente com a requalificação da rua de Olivença e a reabilitação/refundionalização do Mercado de Almada e no caso do quarteirão em frente aos barcos da Trafaria a revitalização do núcleo urbano da vila pela reabilitação urbana, valorização patrimonial, criando condições favoráveis para a instalação de atividades económicas diversificadas.

Assim a Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a adquirir, pelo preço global de 2.350.000,00€ (dois milhões trezentos e cinquenta mil euros) e nos termos constantes da minuta de contrato promessa de compra e venda, anexo à deliberação camarária de 20 de abril de 2016, o conjunto dos seguintes bens imóveis:

- 1 - A fração autónoma, a construir no âmbito do pedido apresentado no Município de Almada, em 2015/11/13, através do requerimento nº 24493/15, no prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 2186/2010121 da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, e inscrito na matriz urbana da mesma Freguesia, sob os artigos 638 e 788, correspondente à antiga garagem de camionetas da ECP, sita na av.^ª D. Afonso Henriques, nºs 24, 24A e 24B, na União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (incluindo todos os espaços de apoio), composta pelo rés-do-chão do edifício e pela construção contígua a tardoz daquela, com área total de 2773,80 m², correspondendo 2339,10 m² à área da matriz 788, destinada a garagem, e 434,70 m² à área da matriz 638 do prédio, conforme certidão Nº 690/16, emitida pelo Departamento de Administração Urbanística em 2016/03/18. Esta fração será adquirida pelo preço de 1.750.000,00€ (um milhão setecentos e cinquenta mil euros);



- 2 - A antiga garagem de camionetas e espaços anexos da ECP, sitos na av.^a Bulhão Pato, Trafaria, União de Freguesias da Caparica e Trafaria, descrita na 1^a Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 1412/20151005 e inscrita na matriz predial urbana sob os artigos 447 e 1495 da União de Freguesias de Caparica e Trafaria (anterior artigo 355 da Freguesia da Trafaria). Este imóvel será adquirido pelo preço de 200.000,00€ (duzentos mil euros);**
- 3 - Armazém e anexo sitos na av.^a Bulhão Pato, Trafaria, descritos na 1^a Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 1260/20101227, da União de Freguesias de Caparica e Trafaria e inscritos na matriz predial urbana, sob o artigo 311, da União de Freguesias de Caparica e Trafaria. Este imóvel será adquirido pelo preço de 200.000,00€ (duzentos mil euros);**
- 4 - Terreno para construção, com a área de 600 m², sito na Trafaria, descrito na 1^a Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 1261/20101227, de União de Freguesias de Caparica e Trafaria e inscrito na matriz urbana sob o artigo 491, da União de Freguesias de Caparica e Trafaria. Este imóvel será adquirido pelo preço de 200.000,00€ (duzentos mil euros).**

6.7.4 - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão, Nuno Matias, Carlos Guedes, apresentando declarações de voto.

6.7.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou contra a proposta apresentada por considerar que esta não estava devidamente fundamentada.

No decurso da discussão deste ponto, foram levantadas dúvidas pelos vários grupos municipais, à exceção do da CDU e do PAN. Embora, à partida, nada tenhamos a opor à aquisição dos imóveis em causa, consideramos as respostas dadas pelo Executivo manifestamente insuficientes. Quer no que respeita aos montantes envolvidos, quer no que diz respeito ao destino a dar a estes imóveis, uma vez adquiridos. É oportuno recordar que a Câmara Municipal de Almada tem em seu poder vários imóveis e terrenos aos quais importaria prestar a máxima atenção. São os casos, por exemplo, dos silos de betão, sitos no Caramujo, Cova da Piedade, do Chalé Ribeiro Telles (Casa do Professor), igualmente na Cova da Piedade ou da Quinta do Almaraz, em Cacilhas.

Num tempo em que o escrutínio e o rigor assumem particular importância não poderíamos votar favoravelmente uma proposta deste género sem termos visto dissipadas de forma conveniente as dúvidas levantadas.”

6.7.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Declaração de voto do Grupo Municipal do PSD sobre a proposta da Câmara Municipal de Almada referente à "Aquisição da antiga garagem de camionetas da Empresa de Camionetas Piedense, Lda sita na Av. D. Afonso Henriques, em Almada, e quarteirão em frente aos barcos e ao Presídio da Trafaria" com os seguintes motivos:

- 1- A proposta está, manifestamente, incompleta, com insuficiências graves do ponto de vista de informação que consideramos essencial para a avaliação da legalidade, da avaliação patrimonial e do valor para a transação.
- 2- É nosso entendimento que na proposta deveria estar em anexo um documento que explicasse a mais-valia estratégica destes imóveis na execução da atividade municipal, algo que não foi distribuído de forma atempada aos deputados municipais;
- 3- O valor proposta de transação, 3.250.000€ não está explicado, e, mais grave ainda, no contrato-promessa apresentado à Assembleia Municipal, na cláusula 1ª, na descrição dos bens imóveis (e ao contrário do que é habitual) não aparece o valor patrimonial inscrito nessa matriz. Na nossa opinião, a proposta devia ter em anexo a cópia da Caderneta Predial de cada um dos imóveis a transacionar.
- 4- Não podemos deixar de condenar a posição do Executivo Camarário que, no decurso, do debate na sessão da Assembleia Municipal assegurou estar já em condições de justificar todas as dúvidas apresentadas junto do Tribunal de Contas (caso sejam apresentadas), mas não ter tido a lealdade e transparência de o fazer (mesmo depois de solicitado pelo PSD e por outros partidos) junto do órgão que tem a competência de autorizar esta transação.
- 5- É uma proposta que nos levanta as mais preocupantes dúvidas quanto à legalidade nos termos em que está formulada pelo que não podíamos por isso deixar de votar contra."

6.7.4.3 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Declaração de voto sobre a aquisição da antiga garagem de camionetas da Empresa de Camionagem Piedense, Lda. sita na Av. D. Afonso Henriques, em Almada, e quarteirão em frente dos barcos e ao Presídio da Trafaria"

Na terceira reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal de Almada, que teve lugar a 29 de abril, o Sr. Presidente apresentou a proposta identificada em epígrafe, tendo ficado claro durante o debate que:

1. Não havia uma proposta de destino final para o imóvel sito na freguesia de Almada, no valor de 1.750.000 €;
2. Não foi revelado o valor matricial do prédio;
3. Não foi apresentada, e presumivelmente não existe, uma análise económica e financeira do negócio proposto.



O grupo municipal do Partido Socialista, perante a evidência de que a proposta não estava em condições de ser votada, propôs que a mesma fosse retirada e, depois de devidamente instruída, voltasse à Assembleia para aprovação. Disponibilizou-se nesse contexto para viabilizar as diligências necessárias para a realização de uma Sessão Extraordinária da Assembleia no mais curto espaço de tempo, de forma a não pôr em causa a aquisição dos imóveis, logo que sanadas as insuficiências verificadas.

O Sr. Presidente da Câmara e o Grupo Municipal da CDU recusaram a proposta construtiva do PS e forçaram a votação, contra a posição de todas as outras forças políticas municipais que participaram no debate.

Neste contexto, na defesa do interesse público, que não se compadece com a aprovação de um negócio de valor tão expressivo sem acautelar o devido esclarecimento e a maior transparência, o PS teve de votar contra.”

6.8 - Entrou-se no ponto 3.9 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 177/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20/04/2016, sobre “Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”, (**Conforme Anexo XXV**).

6.8.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.8.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta matéria foi apresentada aos vários Grupos, poderão não ter tido a oportunidade, apesar de tudo, com a devida profundidade ter discutido este assunto já no formato final em que veio aqui à consideração.

Isto é uma proposta que começou por ser aprovada em reunião de Câmara, depois veio à Assembleia, depois foi para discussão pública, depois da discussão pública foram introduzidas um conjunto de alterações, foi novamente à Câmara e vem agora aqui para discussão final e para votação.

Esta Proposta de Regulamento de Tabelas, Taxas do Município de Almada e também da Tabela de Preços procura conformar-se por um lado com a legislação atual, porque não tinha havido revisão da tabela desde a introdução da nova legislação. Passamos a utilizar uma nova nomenclatura e nova organização desta atividade e a orientação que foi dada pela Câmara era que podendo utilizar os fatores de ponderação de benefício ou que eles pudessem ser utilizados na máxima dimensão possível, procurando que não houvesse aumento de taxas, mesmo aquele que resultasse do estudo económico que como sabe tem que fundamentar a Proposta feita e que se procurasse também aqui encontrar formas de poder ajudar ou promover alguma atividade económica.



Nesse aspeto em relação ao Regulamento está estabelecido uma maior facilidade do pagamento a prestações dos proprietários de habitação própria no nosso território. As taxas urbanísticas que se prendem com estes processos serão mais fáceis serem pagas por prestações sobretudo para aqueles que tenham menores rendimentos. Poderá ajudar a resolver vários problemas em áreas de AUGI e também no que diz respeito à atividade económica ligada sobretudo às atividades comerciais e de serviços, mas outras atividades industriais foi considerado que durante um período de um ano na área de todo o território não só no eixo de Almada se pudesse assegurar uma isenção total da taxa de licenciamento com exceção por mudança de uso, com exceção das mudanças de uso das garagens onde apesar de haver uma redução significativa da taxa, se mantem ai o pagamento do licenciamento.

Também em relação a um conjunto de taxas de urbanismo se apontou para a sua redução. Em relação a algumas taxas o desvio em relação àquilo que resultava do estudo económico e o valor era muito significativo, e serão dois ou três casos, ou porque havia compromissos de pagamento a outras entidades que eram em parte resolvidos pela taxa ou no total resolvido pela taxa e em que não se pôde ou pelo menos não era racional que conseguíssemos fazer essa redução. Trata-se de dois ou três casos que na altura sinalizámos, de preços particularmente pela não utilização de equipamentos desportivos, mas também em equipamentos culturais, embora nestas menos significativos e também da introdução de um novo regime de redução de preços para membros de famílias carenciadas, em 50%, que convive com outras reduções de preço para pessoas portadoras de deficiência, para idosos. Enfim, para várias outras situações. Mas foi introduzido esta redução de 50% dos preços a pagar pela utilização destes equipamentos para membros de famílias carências. Mas também em relação ao critério de carência foi alargado, tal como em relação à isenção de pagamento até aos 5 metros cúbicos de água, para o valor do IAS, que é um valor superior ao valor que se associava que era uma percentagem do salário mínimo nacional. Sublinhar que admitimos mais à frente, ainda neste ano voltar a mexer na tabela, porque se tornará necessário, com base na fundamentação introduzir uma taxa para o uso de subsolo, uso de direitos de passagem que deixou de se refletir, de acordo com a Lei, nos nossos Municípios, no consumidor final e poderá já sem consequências ser aplicada aos operadores e nessa altura também podemos vir a considerar, admitimos vir a considerar alguns mecanismos de facilidade de pagamento de taxas para pessoas coletivas, é um elemento que também admitimos.

Não está nesta proposta, mas é algo que admitimos poder fazer.

Alguma correção que entretanto se venha a revelar necessária também nessa altura a introduziremos. A proposta que temos para já é esta e estamos ao dispor da vossa intervenção.



E finalmente para podermos acabar como começámos, não poderia deixar de dizer que esta política de taxas e de preços que aparece em contraciclo, como se costuma dizer, àquilo que se passa na nossa vizinhança, é uma política que só é possível porque justamente temos contas equilibradas e porque podemos fazê-lo. Noutro caso não o faríamos.

Pedimos sacrifícios mas procuramos distribuir e redistribuir de alguma maneira os recursos que temos, procurando que aqueles que têm mais dificuldades possam ser beneficiados por esta política que é social em relação aos mais carenciados, naturalmente, mas procura chegar a todos.”

6.8.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 177/XI-3º, que foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, do BE e Ind.), três votos contra (de eleitos do PSD) e doze abstenções (de eleitos do PS, do CDS-PP e do PAN), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Em consideração do novo quadro legal, designadamente em matéria de fundamentação das taxas e outras receitas e respetivos montantes impõe-se proceder à alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município.

É necessário conformar o Regulamento, atualizando-o, tendo presente a entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro com todas as alterações introduzidas até à presente data, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro com as sucessivas alterações e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 15 de junho, do novo Regime Jurídico de acesso e exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) aprovado pelo Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro.

O Projeto de Regulamento e respetiva Tabela de Taxas elaborada pela Câmara Municipal, foi submetido a consulta pública por um período de 30 dias úteis, (de 16 de dezembro de 2015 até ao dia 2 de fevereiro de 2016), com vista à recolha de contributos, tendo sido para o efeito publicado na 2ª série do Diário da República de 4 de dezembro de 2015, com retificação publicada em 16 de dezembro de 2015 e ainda disponibilizado no sítio institucional do Município (www.m-almada.pt) e na Direção Municipal de Administração Geral e Finanças, na rua Trigueiros Martel.

No âmbito da consulta pública foram apresentadas diversas sugestões e propostas de alteração que mereceram a devida ponderação conforme consta do “Relatório de Apreciação Pública”, a que se seguiu a elaboração do texto final do Projeto de Regulamento.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Neste termos e ao abrigo das disposições constitucionais e legais aplicáveis e nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova o “Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

- 7 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.
- 8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria do Carmo Mira Borges, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Ivan da Costa Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves e João Carlos Mateus Albuquerque.
- 9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA e TV Almada; dos Juristas Sr.ª Teresa Canarias e Sr. Luís Brito de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de dezassete Srs. Múncipes.
- 10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H55 do dia 30 de abril de 2016.
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____